

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANDREI CHIKHANI MASSA**

**Superexploração da força de trabalho,  
uma categoria em disputa**

**GUARULHOS – SP**  
**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Superexploração da força de trabalho,  
uma categoria em disputa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Javier Amadeo.

**GUARULHOS – SP**

**2013**

**ANDREI CHIKHANI MASSA**

**Superexploração da força de trabalho, uma categoria em disputa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Javier Amadeo

Aprovado em: outubro de 2013.

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Silva Amaral  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Rúrion Soares Melo  
Universidade de São Paulo

***Ao meu filho Theo, fonte eterna de amor e inspiração.***

## AGRADECIMENTOS

Ao fim deste longo processo do mestrado, olho para trás e vejo que esta caminhada começou em São Vicente, no final dos anos 1990. Lá, tive o privilégio de ter como professores(as) pessoas brilhantes que faço questão de citar um a um: Cláudio (história), Renato (geografia), Ângelo e Andréia (filosofia), Maria Lúcia (português) e Luis Fernando (física!), figuras imprescindíveis para minha formação. Apesar de pouco valorizados em nossa sociedade, os professores desempenham papel significativo na vida de todos(as).

Neste mesmo sentido, agradeço ao meu orientador, Javier Amadeo, quem desde o começo enfrentou dificuldades para poder me orientar. Muito obrigado pela paciência (e não foi pouca!), pelos cafés, conversas e broncas. Sem seu estímulo e compreensão este trabalho não teria chegado ao fim.

Estendo aqui meus agradecimentos aos professores Rúrion, Pompa, Melvina, Mauro e Bello, suas aulas, debates e conversas certamente contribuíram para esta dissertação. À Maria Fernanda Lombardi, quem também desempenhou papel importante, sua leitura e comentários nos esboços iniciais e nossas primeiras conversas auxiliaram na construção de meu objeto. Agradeço também a todos os funcionários(as) da EFLCH/Guarulhos, principalmente Daniela e Douglas, sempre tão prestativos nos trâmites burocráticos.

Agradeço também ao prof. Rogério Baptistini Mendes que, com suas apaixonantes aulas, despertou em mim o interesse por estudar o Brasil e suas interpretações, em busca de algo que nos ajude a compreender sua realidade, muitas vezes rebelde para as teorias d'além mar. E também por sempre incentivar meu "molejo dialético". Interesse este que pude compartilhar com Júnior, companheiro de morada de outrora, que me "apresentou" Marini em uma das inúmeras conversas que tivemos. Israel Pacheco Júnior é destes irmãos que a vida nos reserva. Rafael Tauil é mais um destes irmãos da vida, companheiro inesperado com quem divido história similar. Obrigado pelas longas caronas para Guarulhos e principalmente pelas conversas sempre tão acalentadoras.

Carla Diegues (vulgo Chefinha) foi quem primeiro me incentivou a continuar estudando após a graduação, mesmo com todas as adversidades. Além de me aturar durante longo período no Núcleo, organizou grupo de estudos onde me preparei para ingressar mestrado. Obrigado Chefinha, pela força e pelo exemplo de sempre seguir em frente.

Aos amigos da graduação, que herdei para a vida, Claudiana, Vanessa e Simon, saibam que mesmo com essa distância entre nós no presente, vocês sempre me motivaram a seguir adiante. Nossos encontros, festas e conversas acalentaram muitos momentos de solidão que o trabalho intelectual nos impõe. Saibam também que ainda comemoraremos muita coisa juntos nesta vida! Cito também os amigos da pós-graduação Fernando, Michele, Valdir e Sandro pela troca de ideias. E destaco Caue Martins, amigo inesperado, que me auxiliou e deu suporte – objetivo e subjetivo – em momento bastante difícil que passei durante o mestrado. Muito obrigado! Você faz parte diretamente da realização deste trabalho.

Agradeço também a minha família de sangue (Nadia, Allan e Vanessa) que, mesmo com nossas diferenças e dificuldades, me apoiou em toda esta empreitada. Agradeço também às famílias Pontvianne e Ribeiro de Souza, que sempre me acolheram e me deram suporte material e emocional imprescindíveis ao longo dos últimos anos. Agradeço também à Shirlei, que me acolheu em momento difícil e foi importantíssima para a conclusão deste trabalho. Também tenho que agradecer a Gabi, nova(antiga) amiga que me auxiliou de fato na elaboração do texto, demonstrando boa vontade e dedicação gratuita. Valeu editorete!

Não posso deixar de citar Rurion Melo que participou da banca de qualificação e da defesa desta dissertação. Seus comentários na qualificação foram imprescindíveis para o desenvolvimento do texto, muito obrigado! E também Marisa Amaral, uma dessas pessoas especiais que tive a sorte de conhecer. Marisa tornou-se uma amiga que a vida tratou de me apresentar, uma amiga para a vida!

Ao grande amigo (e irmão) Lucas, mesmo com toda distância entre nós sempre estive ao meu lado para me dar forças e me fazer dar risadas dos momentos mais difíceis. Você é parte da família que escolhi, seu companheirismo e amizade me motivam a continuar sempre. Valeu por tudo!

Por fim, mas não menos importante agradeço ao meu filho Theo, pelo simples fato de me (re)ensinar todos os dias a brincar, pular, dançar, amar e ser feliz! E também à Paula, que me incentivou desde o primeiro momento que resolvi escrever o projeto para ingressar no mestrado. Certamente foi quem mais incentivou e batalhou, junto comigo, para a realização de mais esta empreitada na minha vida. Foi com ela que dividi a maior alegria da minha vida, nosso filho Theo, e também as angústias dos últimos anos. Obrigado por insistir em me mostrar o caminho mais bonito, mesmo sabendo da minha teimosia em optar pelo mais difícil.



*“Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente.”*

*Karl Marx*



## RESUMO

O presente trabalho está focado na exposição e na contextualização da obra de Ruy Mauro Marini, especialmente no que concerne à formulação da Teoria Marxista da Dependência, o que envolve, particularmente, a conceituação de superexploração da força de trabalho. O contexto histórico em que o autor desenvolveu sua teoria tem expressiva relevância no trabalho e será abordado, principalmente, pelo surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), importantes artífices e debatedores de teorias sociais na América Latina. A partir dessa exposição, o trabalho trata de estabelecer a importância do legado de Ruy Mauro Marini, apontando para os diversos estudos acerca da superexploração da força de trabalho na atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** superexploração; dependência; capitalismo.

## **ABSTRACT**

This work is focused on exhibition and the context of the work of Ruy Mauro Marini, especially with regard to the formulation of the Marxist Theory of Dependency, which involves, in particular, the concept of overexploitation of labor power. The historical context in which the author developed his theory has significant relevance in the work and will be addressed primarily by the emergence of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (Cepal) and the Brazilian Communist Party (PCB), major builders and debaters of social theories in Latin America. From this exposure, the work aim to establish the importance of the legacy of Ruy Mauro Marini, pointing to several studies of his work for the present time.

**KEYWORDS:** overexploitation; dependence; capitalism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Cenimar</b>	Centro de Informações da Marinha
<b>Cepal</b>	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
<b>Ceso</b>	Centro de Estudos Socioeconômicos
<b>Dieese</b>	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos
<b>EIR</b>	Exército industrial de reserva
<b>Ilpes</b>	Instituto de Planificação Econômica e Social
<b>MIR</b>	Movimiento Izquierda Revolucionaria
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>Polop</b>	Política Operária
<b>TMD</b>	Teoria marxista da dependência
<b>TWD</b>	Teoria weberiana da dependência
<b>Unam</b>	Universidade Autônoma do México

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	13
1 Contexto do surgimento da Teoria Marxista da Dependência (TMD) .....	17
1.1 Breve relato biográfico .....	17
1.2 Cenário político-ideológico mundial no início do século XX .....	18
1.3 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) .....	21
1.4 Partido Comunista Brasileiro (PCB).....	27
2 A superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini .....	39
2.1 A dependência .....	39
3 O debate atual em torno da superexploração da força de trabalho.....	64
3.1 A possível disseminação da superexploração da força de trabalho.....	66
3.2 A especificidade da superexploração da força de trabalho .....	73
À GUIA DE CONCLUSÃO .....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	86

## INTRODUÇÃO

No alvorecer do século XXI, pode-se afirmar que a América Latina é uma das regiões mais desiguais do planeta, passando de situações de miséria absoluta a menções como países mais ricos do globo, sendo eles Argentina, México e Brasil, em praticamente todas as listas de organismos internacionais. A região, que sofreu forte impacto de urbanização no último século, continua exibindo persistentes sinais de pobreza e mazelas sociais mesmo em suas mais modernas metrópoles. Apesar de não terem sido poucos os prognósticos ao longo do século XX que vislumbraram um salto em direção ao “primeiro mundo”, a região não alcançou o tão almejado fim do *subdesenvolvimento*.

Há quarenta anos da publicação de sua principal obra, *Dialética da Dependência*, Ruy Mauro Marini após anos no ostracismo voltou a suscitar estudos e debates, o que é verificável pela simples observação do número crescente de publicações sobre suas ideias. Principal expoente da Teoria Marxista da Dependência (TMD) – que será mais bem aprofundada adiante –, os escritos de Marini têm sido utilizados por autores como Mathias Seibel Luce, Jaime Osorio, Marisa Silva Amaral e Niemeyer Almeida Filho e Marcelo Dias Carcanholo, seja para tentar compreender porque a América Latina em geral, e o Brasil em particular, não conseguiram superar o “subdesenvolvimento”, como para diagnosticar o capitalismo na região.

Dentro do resgate da obra de Marini, a que este trabalho se dedicará, a superexploração da força de trabalho, certamente, é a categoria que mais se mostrará controversa, haja vista o volume de publicações que tratam exclusivamente do tema. Ao longo do trabalho, há de se perceber que a superexploração é um termo em disputa, pois não há consenso em seu uso. Há autores que defendem a superexploração da força de trabalho como categoria exclusiva dos países dependentes ou como forma de compensar as perdas de mais-valia. Por outro lado, há aqueles que discorrem sobre a não existência de especificidade no capitalismo dependente, podendo a superexploração expandir-se para todo e qualquer país. Há também autores que criticam a validade teórica da categoria, alegando que os

escritos de Marx, por si só, são suficientes para estudar a realidade latino-americana. O próprio Marini contribui para esta querela ao afirmar que a superexploração da força de trabalho generaliza-se como consequência do processo de globalização, no texto *Processo e tendências da globalização capitalista* ([1996], 2000).

O objetivo da presente dissertação é apresentar de que forma Marini constrói a categoria superexploração da força de trabalho dentro da economia política da dependência e, posteriormente, como os recentes estudos abordam essa categoria. Considerando que a superexploração é o fundamento da teoria da dependência, negar tal fenômeno impacta diretamente na validade teórica da TMD. Por esse motivo, optamos por apresentar texto e contexto em que Marini produz suas obras, uma vez que é relevante o fato de que o autor aliou, ao longo de sua vida, a docência e a militância, participando ativamente do debate intelectual na América Latina.

No Capítulo 1, trataremos do caldo de cultura no qual surge a TMD, expondo o debate que antecede sua formulação. Nessa importante conjuntura dos anos 1960, destacam-se o marxismo ortodoxo do Partido Comunista do Brasil (PCB), com sua visão “etapista” do processo histórico; a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e suas propostas desenvolvimentistas; e o debate no interior do marxismo gerado após a vitória da Revolução Cubana.

No Capítulo 2, pretende-se apresentar a obra de Marini visando, especificamente, apreender as seguintes questões: de que forma o autor constrói a categoria *superexploração*; o que é a *dependência* na visão dele; e que implicações essa dependência acarreta aos países dependentes. Parte-se da hipótese de que a referida categoria – superexploração da força de trabalho – desenvolve-se ao longo de seus textos para, em uma das últimas contribuições do autor, tornar-se difusa.

No Capítulo 3, serão apresentadas as recentes contribuições acerca da obra de Marini, a fim de atualizar a categoria superexploração e suas possíveis (im)precisões. Este debate é de importante pois, como demonstraremos ao longo do presente trabalho, ao concordarmos com Marini sobre a disseminação da superexploração a todos países do globo coloca em risco todo o arcabouço teórico do autor.

Na conclusão, será feito um apanhado geral das ideias expostas ao longo do trabalho, menos com o intuito de encerrar ou resumir o debate e mais com a proposta de que novos debates possam surgir a partir da contribuição que esta dissertação pretende oferecer.

**Sangue latino**

João Ricardo e Paulinho Mendonça

Jurei mentiras  
e sigo sozinho.  
Assumo os pecados.  
Os ventos do norte  
não movem moinhos.  
e o que me resta  
é só um gemido.

Minha vida, meus mortos,  
meus caminhos tortos.  
Meu sangue latino.  
Minh'alma cativa.

Rompi tratados,  
traí os ritos.  
Quebrei a lança,  
Lancei no espaço:  
um grito, um desabafo.  
E o que me importa  
é não estar vencido.

**(Secos e Molhados, 1973)**



## **1 Contexto do surgimento da Teoria Marxista da Dependência (TMD)**

O objetivo deste capítulo é contextualizar historicamente o período de produção intelectual e de militância de Ruy Mauro Marini, salientando, principalmente, a importância da Cepal e do PCB como paradigmas determinantes para a compreensão do surgimento da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

### **1.1 Breve relato biográfico**

Nascido em Barbacena, Minas Gerais, em 1932, Marini se transfere para o Rio de Janeiro aos 18 anos, com o objetivo de estudar medicina, curso preterido pelo de direito, na Universidade do Brasil. Antes da graduação, porém, transfere-se para a recém-fundada Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi aluno e professor-assistente de Alberto Guerreiro Ramos, figura que o influenciará fortemente. Ao terminar o curso na EBAP, vai para a França cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, o SciencesPo. Este é um momento importante na trajetória de Marini, que, até então, estava imbuído das ideias desenvolvimentistas e da Cepal, em voga na academia. Se em um primeiro momento, as ideias da Cepal fizeram parte da formação do autor, anos mais tarde, elas se transformaram em seu objeto de crítica.

É durante a viagem a Paris que Marini, além de vivenciar o processo de descolonização da Argélia, realiza seus primeiros estudos sistemáticos sobre as obras de Marx e o marxismo, momento no qual se afasta definitivamente do desenvolvimentismo e da Cepal. Nas palavras do autor, com referência àquele período:

As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adesão ao marxismo. (MARINI, p. 62-63, [1993] 2005)

## **1.2 Cenário político-ideológico mundial no início do século XX**

É importante incluir o cenário político e ideológico mundial no início do século XX, uma vez que é determinante para diversas transformações na América Latina. A crise do capitalismo, em 1929, desorganiza o mercado mundial e culmina na Segunda Guerra Mundial (1939-45), fato histórico que possibilita um processo de industrialização em alguns países do continente e, conseqüentemente, a criação de um – mesmo que pequeno – mercado interno. Esse processo evidencia os interesses distintos de cada classe social. Os movimentos das classes média e trabalhadora provocaram novas alianças políticas e deram origem a novos tipos de Estado, em sua maioria baseados no nacionalismo. A partir do reflexo dessas mudanças na sociedade, surgiria uma sociologia científica, ou moderna, nas primeiras décadas do século XX, como resultado do amadurecimento das análises, do uso das teorias e dos métodos de maneira rigorosa, do ensino público e da formação profissional dentro das universidades. Não por acaso, data desta época a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935). Era uma época em que as preocupações centrais se voltavam para os problemas de caráter estrutural em toda a região, amadurecendo a ideia de uma América Latina baseada no reconhecimento de problemas e desafios em comum. Neste sentido, germinaram ideias originais a respeito da América Latina, as quais imprimem uma especificidade à região, como veremos mais adiante.

Ao mesmo tempo em que a forma de fazer teoria social na América Latina como atividade profissional amadurece, conquistando, com isso, um caráter de ciência moderna e acadêmica, busca-se alcançar um nível de excelência por meio da produção intensiva e de sua difusão, fazendo-se necessária a reformulação e a criação de paradigmas explicativos, em torno dos quais é centrado o debate sobre os acontecimentos regionais.

Existe algo em comum nos diversos paradigmas que surgiram a partir da década de 1950: a necessidade de caracterizar o desenvolvimento latino-americano e sua inserção no sistema capitalista, assim como analisar as conseqüências desta inserção para explicar seu subdesenvolvimento.

Um intenso debate se desenvolvia no Brasil, na década de 1960, sendo mencionáveis o desenvolvimentismo cepalino, os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional, a Revolução Cubana, o Golpe Militar, entre outros. A principal característica de boa parte da literatura dessa época é o tratamento praticamente tautológico do tema desenvolvimento, entendendo o subdesenvolvimento como a ausência de desenvolvimento. O *atraso* dos países subdesenvolvidos era explicado por seus problemas internos, que obstaculizavam seu pleno desenvolvimento. W. W. Rostov (1969), por exemplo, apontava os caminhos percorridos pela Europa e pelos Estados Unidos como os únicos viáveis para alcançar o desenvolvimento pleno, ou seja, modelos a serem seguidos. Porém, no início dos anos 1960, essas teorias são, em parte, contraditadas pela observável incapacidade do capitalismo de reproduzir as experiências bem sucedidas de desenvolvimento das metrópoles em suas ex-colônias. Mesmo os países latino-americanos que apresentavam altas taxas de crescimento econômico e haviam conquistado sua independência política no início do século XIX, estavam limitados pelo alto grau de dependência econômica e política da economia internacional (SANTOS, 1998).

A TMD surge justamente ao longo das décadas de 1960 e 1970, no embate travado por parte da intelectualidade crítica do desenvolvimentismo, ainda que formada sob sua influência, e que incluía diversas correntes nas quais se desmembrara a esquerda latino-americana, além da Cepal e do PCB. É da Cepal a teoria de que a industrialização capitaneada pelo Estado com o auxílio do capital externo era a única forma de romper com o atraso e pôr fim ao subdesenvolvimento. Os marxistas do PCB percebem a conveniência de assumirem a teoria cepalina, que "(...) lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo" (MARINI, p. 86, 1992). A aliança entre o proletariado e a burguesia nacional era vista como necessária pelo PCB, ao acreditar que o problema estava justamente na ausência do capitalismo na região, devido à permanência de relações atrasadas e feudais. Já Marini (1992) apontava para a impossibilidade de romper com o subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo, apontando que ele era, antes de tudo, consequência própria do capitalismo.

Pode-se afirmar que o debate estabelecido, principalmente entre a Cepal e o PCB, teve grande influência sobre o posicionamento de Marini para responder à altura do que acreditava ser a construção das perspectivas e o projeto político para superação da condição dependente em relação ao capitalismo central e às amarras que este processo engendrou.

A guinada à esquerda de Marini, a que nos referimos em sua breve biografia, nos remete ao primeiro eixo do debate da TMD, a Cepal. No Brasil da entre 1950 e 1960, o desenvolvimentismo gozava de apoio da maioria dos intelectuais e a palavra de ordem era ampliar o processo de industrialização. O debate desenvolvimentista<sup>1</sup> girava em torno do projeto de industrialização planejada e sobre os problemas do desenvolvimento econômico do país. Para entender o clima da época, cabe lembrar que Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil (1956-1961), prometendo um projeto de modernização do País, a fim de cumprir “50 anos em 5”. E o país, sob sua presidência, apresentou altas taxas de crescimento do PIB de 7,4% e de 10,1% de ampliação da indústria ao ano<sup>2</sup>. Isto combinado com altas taxas de inflação – que atinge 47,7% no último ano de mandato de Juscelino Kubitschek – e déficit constante na balança de pagamentos. Esse panorama era visto com otimismo pela maioria dos intelectuais da época, em particular pelos da Cepal, instituição que desempenhou papel importante no processo de industrialização dos países latino-americanos. Para estes autores seria necessário, inicialmente, o auxílio do capital externo e conseqüentemente o endividamento dos países para dar início ao processo de industrialização. Posteriormente este processo, dada a industrialização, seria responsável por *desenvolver* os países subdesenvolvidos. Desta forma, mesmo em um cenário de deterioração das contas externas havia otimismo. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Segundo Osorio (p. 158-159, 1994), no início dos anos 1950, a Cepal aborda alguns temas convergentes com a TMD. Cabe salientar que essas semelhanças eram alimentadas por razões distintas e, por esse motivo, levavam a conclusões diferentes. O interessante em destacar essas similitudes é apresentar o clima intelectual da época, que impunha determinadas questões para os intelectuais latino-americanos, a saber:

---

<sup>1</sup> Sobre o desenvolvimentismo no Brasil, BIELSCHOWSKY (2000).

<sup>2</sup> Taxa anual média de crescimento entre 1956-1961. (BIELSCHOWSKY, p. 402, 2000)

- a) o capitalismo era visto como um sistema mundial e ponto de partida necessário à reflexão sobre a América Latina;
- b) a existência de especificidades do capitalismo latino-americano que deveriam ser consideradas, uma vez que diversos processos tendiam a mostrar que os movimentos e condutas desse capitalismo eram diferentes daqueles produzidos em outras regiões.

### 1.3 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)

Na busca pela integração das antigas colônias ao sistema capitalista mundial, constatou-se a necessidade de criação de centros de estudos que oferecessem uma interpretação acerca de quais seriam os mecanismos viáveis para superar os empecilhos ao pleno desenvolvimento da região, eliminando os resquícios da colonização. Antes da criação da Cepal, afirmava-se que o desenvolvimento socioeconômico era possível para qualquer nação, já que ele representava apenas uma etapa posterior ao subdesenvolvimento, sendo uma consequência normal do desenvolvimento capitalista. Partia-se de uma perspectiva linear e etapista que considerava “(...) todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa”. (ROSTOW, p. 14, 1966)

Nasce, então, em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) como um órgão regional, subordinado à Organização das Nações Unidas (ONU), direcionado para a produção de estudos e elaboração de propostas que visassem acabar com os problemas do capitalismo *atrasado*, a fim de diminuir as grandes diferenças entre a América Latina e o mundo industrializado. Suas propostas estiveram fortemente presentes no debate das ciências sociais durante os anos 1950 e 1960. Sua principal preocupação era o desenvolvimento da América Latina e pode-se afirmar que ela constitui um primeiro aporte teórico-metodológico para compreender a problemática do desenvolvimento na região em seu conjunto.

As ideias produzidas no interior da Cepal representavam um afastamento das teorias provenientes da Europa e dos EUA, constituindo uma primeira tentativa sistemática e científica de “latino-americanizar” os estudos sobre a região, o que

representará uma constante nos estudos posteriores (VASCONI, 1995). A Cepal criticava os postulados da teoria das vantagens comparativas, segundo os quais os países latino-americanos deveriam especializar-se na produção dos bens que possuíssem maior produtividade, nesse caso, os recursos naturais. Tomava-se como vantagem comparativa o resultado da divisão internacional do trabalho. Desde a economia clássica, afirmava-se que o sistema capitalista era o único capaz de equilibrar o mercado mundial e realizar uma distribuição equitativa da renda. Grosso modo, postulava-se um sistema mundial composto por países que comercializavam produtos nos quais eram especialistas, gerando uma interdependência entre si. Segundo Bielschowsky:

Ao contrário do que prometia a teoria das vantagens comparativas, durante o século XX a maior lentidão no progresso técnico dos produtos primários em relação aos industriais não estava motivando o encarecimento dos primeiros com relação aos últimos. (BIELSCHOWSKY, p. 28, 2000)

Contrariamente, as investigações promovidas pela Cepal levam à conclusão de que, na realidade, o que ocorria era a *deterioração dos termos de troca*, resultado do desequilíbrio tecnológico entre as nações e, conseqüentemente, dos preços cada vez mais elevados dos produtos manufaturados, feitos nos países centrais, em detrimento dos preços das matérias-primas provenientes de países periféricos, cada vez mais *deteriorados*. Prebisch afirma que:

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população destes grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade. Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. (apud BIELSCHOWSKY, p. 72, 2000)

Como parte dos esforços para diagnosticar a situação sócio-político-econômica latino-americana, a Cepal contratou, em 1949, o economista argentino Raul Prebisch, que se tornou um dos principais autores da Cepal, ao lado de Anibal Pinto, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, alguns dos nomes que também fizeram parte da comissão.

No entanto, os estudos de Prebisch, que influenciaram toda a primeira fase da Cepal (1948-1960), tinham como característica “(...) uma fértil interação entre, por

um lado, um método essencialmente histórico e indutivo e, por outro, uma referência abstrato-teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico.” (BIELSCHOWSKY, p. 16, 2000). É de sua autoria o primeiro estudo econômico da América Latina patrocinado pela Cepal<sup>3</sup>, que, pelo impacto produzido em sua publicação, ficou conhecido como Manifesto da Cepal.

Para Prebisch (1950), o fruto do progresso técnico não tende a ser distribuído de maneira equitativa entre a coletividade (entendendo por *coletividade* o conjunto de países que fazem parte da divisão internacional do trabalho) através da queda dos preços. Ao contrário, o que ocorria era uma competição desigual entre o alto desenvolvimento tecnológico dos países industrializados, em contraposição à tecnologia arcaica e heterogênea dos países subdesenvolvidos. Assim, Prebisch (apud BIELSCHOWSKY, p. 72, 2000) questionava o mercado como mecanismo espontâneo de solução aos obstáculos para o desenvolvimento das economias latino-americanas. Apesar dessa constatação, Prebisch e a Cepal eram otimistas quanto à possibilidade de superação do *atraso* através da industrialização planejada pelo Estado, que paulatinamente desenvolveria o progresso técnico.

Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não consiste um fim em si mesmo, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (PREBISCH, apud BIELSCHOWSKY, p. 72, 2000)

O pensador argentino chama a atenção para uma série de aspectos que serão, posteriormente, retomados por Marini, o que será visto de maneira detalhada no capítulo seguinte. Apesar de Prebisch não se debruçar no tema da importância da periferia na formação da poupança dos países centrais, ele ainda assim levanta uma importante questão “(...) cabe indagar se, sem isso, o progresso técnico teria avançado no ritmo tão intenso que caracterizou o desenvolvimento capitalista” (apud BIELSCHOWSKY, p. 82, 2000).

Outro aspecto abordado por Prebisch é a grande diferença de consumo entre as classes sociais, com ênfase para o consumo de luxo. Ele adverte para a necessidade de investir em bens de capital necessários para aumentar a produtividade, quando se trata de importações, e não “(...) em artigos não

---

<sup>3</sup> PREBISCH, Raul. The economic development of Latin America and its principal problems. UNITED NATION. Department of economic affair. Lake Success, New York, 1950.

essenciais, ou que correspondem apenas aos estilos de vida dos grupos de alta renda (...).” (apud BIELSCHOWSKY, p. 111, 2000). Ainda segundo o autor, a produtividade dos países periféricos era baixa porque faltava capital para investir, e faltava capital porque a poupança era muito pequena em virtude da baixa produtividade. Para romper com esse círculo vicioso, sem diminuir o já baixo consumo das massas, era necessária uma ajuda, ainda que temporária, do capital estrangeiro. Já para solucionar os obstáculos internos e externos que inviabilizavam o desenvolvimento da América Latina, propõe-se uma ativa intervenção estatal através do planejamento, realizando incentivos e desincentivos na economia.

Essa conclusão a que chegaram Prebisch e a Cepal aponta para aquela que será a tese central cepalina e que representará uma verdadeira ruptura com as abordagens até então vigentes entre intelectuais e organismos internacionais: a economia mundial está dividida num sistema *centro-periferia*. Para a Cepal o subdesenvolvimento era uma etapa prévia ao desenvolvimento capitalista dos países periféricos, ainda que não necessária. O subdesenvolvimento constituía, nos anos 1960, uma característica da periferia. Dentro da visão estruturalista da Cepal, o *centro* apresentava uma ordem produtiva francamente diferenciada: países que apresentavam alto nível de desenvolvimento tecnológico proporcionavam uma produtividade homogênea. Já os países que constituíam a *periferia* caracterizavam-se por ter baixo desenvolvimento tecnológico, principal atividade econômica majoritariamente voltada para os mercados do centro e especialização em poucos produtos primários ou, em alguns casos, monoprodução.

Em outras palavras, a abordagem centro-periferia da Cepal reinterpreta a divisão do sistema mundial em países centrais detentores de estrutura produtiva heterogênea e alto desenvolvimento tecnológico, que destinavam aos países da periferia o papel singular de produtores de bens primários e importadores de bens industrializados. Dessa reinterpretação, concluía-se que o centro seria sempre detentor dos maiores lucros, enquanto a periferia teria sua renda sempre progressivamente deteriorada. (BIELSCHOWSKY, 2000) Caracterizam-se, portanto, as análises cepalinas do *atraso* latino americano como “exogenistas”, por privilegiarem aspectos externos aos países periféricos, sem estabelecer os nexos causais internos. (OSORIO, p.131, 1984).



A proposta da Cepal para a região solucionar o problema da *deterioração dos termos de troca* era a industrialização, vista como a única via de alcançar um desenvolvimento similar ao dos países centrais e conseguir melhora nos termos de troca. Com isso, pretendia-se deixar de importar os produtos tradicionalmente obtidos no mercado externo e passar a produzi-los internamente, proporcionando um desenvolvimento intensivo da indústria. Esse processo deveria ser acompanhado pelo protecionismo e financiamento estatal, o auxílio do capital externo e também pela consolidação de um mercado interno, capaz de absorver essa produção. A Cepal concebia o Estado como

(...) uma entidade externa ao sistema sócio-econômico, capaz de atendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, ele não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível de atingir. (...) sob sua tutela é factível a consolidação das relações sociais capitalistas e sua fluida expansão, nas áreas chamadas de periféricas ou subdesenvolvidas. (RODRIGUEZ, p. 265, 1981)

Como afirma Vasconi (p. 14, 1995), a Cepal concebia o *Estado nacional* como o agente fundamental para o desenvolvimento, entendendo-o como um ente supraclassista que representava os anseios e interesses de toda nação. Cabia a ele planejar e executar as políticas necessárias para desenvolver um planejamento rumo ao desenvolvimento.

Em um contexto marcado pela revitalização do sistema capitalista mundial, após a crise de 1929, as duas guerras mundiais e sob a hegemonia dos Estados Unidos, a América Latina encontrou possibilidades de realizar o plano de substituição de importação, permitindo consolidar – através de um fortalecimento e crescimento – as economias nacionais da região sob governos populistas que impuseram esse modelo de desenvolvimento à região. Esse panorama espelhava o corolário da Cepal, segundo Bielschowsky (2000), como se bastasse um conjunto de regras e medidas corretas elaboradas pelo Estado para romper com o “atraso” e alcançar o desenvolvimento. Com isso, pressupunha-se que o incentivo ao desenvolvimento do setor moderno da sociedade – a indústria – faria sucumbir sua parte atrasada. A criação de novas indústrias nacionais, com o auxílio do capital externo, aumentaria o número de trabalhadores empregados, gerando um mercado interno. O Estado seria uma espécie de mediador desse processo. Desta forma delineia-se o etapismo cepalino que via a possibilidade de romper com o

subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo, como deixa claro Bielschowsky

Na Cepal a condição periférica era interpretada como determinante de problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais bem orquestradas, a nível nacional e internacional, ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura com o capitalismo. (BIELSCHOWSKY, p. 42, 2000)

Assim, a Cepal, corroborando o nacional-desenvolvimentismo, partia da ótica do *nacionalismo metodológico*, que “vê a economia mundial como um agregado de economias nacionais independentes que se relacionam entre si, principalmente por meio do comércio” (MARTINS, p. 229, 2011), e focava apenas o Estado como responsável por libertar os países latino-americanos do subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento, por sua vez, seria resultado de heranças coloniais somadas a escolhas internas erradas, que apenas beneficiavam parte da sociedade. Era necessário pôr fim a essas duas mazelas, sendo possível apenas através do Estado, ainda segundo a Cepal. (MARTINS, p. 229, 2011)

Contudo, as condições da região evidenciaram paulatinamente que o desenvolvimentismo encontrava obstáculos estruturais que impediam seu pleno desenvolvimento, levando a dois processos paralelos:

a) por um lado, como resultado da busca por financiamento externo, a integração dos processos produtivos com o capital estrangeiro, fazendo surgir grupos monopólicos que direcionaram a produção das novas indústrias para os setores com maior poder aquisitivo da sociedade;

b) como essas indústrias empregavam poucos trabalhadores, devido à utilização de tecnologia poupadora de força de trabalho, surgem cordões de pobreza nas grandes cidades, o que destacava as dificuldades do processo de industrialização nos países “periféricos” de gerar emprego, de acordo com as necessidades sociais.

Nesse momento, há uma mudança na Cepal, que passa a abordar a necessidade de reformas e de reorientação de seus trabalhos (BIELSCHOWSKY, 2000), situação em que o Instituto de Planificação Econômica e Social (Ilpes), órgão da Cepal criado em 1962, terá papel de destaque. É através dele que Fernando

Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicaram o clássico *Dependência e Subdesenvolvimento na América Latina* ([1969], 1973).

#### 1.4 Partido Comunista Brasileiro (PCB)

As transformações na América Latina no início da segunda metade do século XX impactaram não apenas a Cepal, mas também o marxismo no continente e isto nos leva a outro eixo teórico fundamental para compreendermos o surgimento da TMD. Isso porque, como salienta Marini, este novo arcabouço teórico “(...) não constitui uma simples resposta ao desenvolvimentismo: ele foi também, numa ampla medida, o resultado das lutas que se registraram no interior da esquerda”. (MARINI, p. 85, 1992)

Marini esteve ligado diretamente ao debate da esquerda latino-americana desde meados da década de 1960. Em sua viagem à França (1958-1960), além de se aprofundar no estudo do marxismo, entrou em contato com a juventude do Partido Socialista com o qual, em 1961, após retornar ao Brasil, funda a Política Operária (Polop), organização que se oporá ao marxismo ortodoxo. Os partidos comunistas ditavam o marxismo nesta época e, apesar de apresentarem uma considerável história no continente desde o início do século XX, viravam as costas ao seu passado (LÖWY, 1999).

Os partidos comunistas renegavam, inclusive, as contribuições do marxismo latino-americano dos anos 1920 com José Carlos Mariátegui e Ramiro Guerra, que já denunciavam a falta de força das burguesias latino-americanas para se contraporem ao imperialismo, denunciando sua associação subordinada. Afirmavam, ainda, que essas burguesias dependentes não tinham condições de realizar uma revolução democrático-burguesa (MARTINS, p.26, 2013). O marxismo dos partidos comunistas ficou conhecido como *ortodoxo* e/ou *soviético* por seguir cegamente os ditames da III Internacional, que tinha como modelo interpretativo a maneira como evoluíram os modos de produção na Europa Ocidental (VASCONI, p.18, 1995). Criticando as abordagens ortodoxas, Löwy (1999) afirma:

Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esses termos queremos nos referir a uma teoria que se limitava a transplantar

mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicavam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. (...) Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império norte-americano. (LOWY, p.10-11, 1999)

A Declaração de Março de 1958 do Partido Comunista Brasileiro (PCB) representa uma ruptura de seus projetos políticos anteriores e também deixava de lado suas interpretações pessimistas ligadas ao atraso e à estagnação do Brasil (REIS FILHO, p.85, 2002). Também evidenciava a adoção de parte do arcabouço teórico do desenvolvimentismo cepalino, o que é importante destacar, já que este movimento traz consigo consequências diretas para o prognóstico revolucionário do partido. Para o PCB, ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica do país, em meio às relações *atrasadas*, e também ao desenvolvimento de relações *mais avançadas*, principalmente entre os anos 1930 e 1956, com o crescimento da indústria.

“(...) agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.” (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Declaração Sobre a Política do P. C. B. Voz Operária, 22-03-1958)

A Declaração faz um elogio ao capitalismo de Estado, ao afirmar seu caráter nacionalista e progressista e identifica, assim como a Cepal, um agente *progressista* na burguesia nacional. Passa a defender também o processo de democratização da política e a legalidade da Constituição. Mas ao contrário dos desenvolvimentistas, condena-se todo e qualquer tipo de investimento externo direto. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Para o PCB, o subdesenvolvimento era o resultado da permanência de relações feudais na sociedade brasileira, principalmente no campo. Em outras palavras, o problema do país seria a ausência de relações capitalistas. O Partido identificava o imperialismo e o latifúndio como os grandes responsáveis por

obstaculizar o desenvolvimento dessas relações, daí a necessidade de apoiar o desenvolvimento capitalista nacional. Segundo o próprio Partido:

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece. (Declaração Sobre a Política do P. C. B. Voz Operária, 22-03-1958)

A passagem indica o alinhamento do PC brasileiro com a III Internacional, partindo de uma visão “etapista” dos processos históricos, segundo a qual, uma sociedade devia primeiro completar um processo revolucionário impulsionado pela burguesia nacional, para depois se consolidar num Estado nacional burguês e, posteriormente, construir as condições para que a classe trabalhadora alcançasse a revolução socialista. Nesse sentido, afirmava o PC brasileiro:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e anti-feudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (Declaração Sobre a Política do P. C. B. Voz Operária, 22-03-1958)

Dessa forma, para o PCB a revolução seria democrático-burguesa, com uma *frente ampla* que abarcava camponeses, proletários e também a burguesia. Assim o faziam por defenderem a necessidade de cumprir etapas históricas para alcançar a revolução socialista. O desenvolvimento histórico dos países subdesenvolvidos seguiria, fielmente, o já traçado pelos países centrais.

O Partido desenhava uma revolução gradual e pacífica em direção ao socialismo, e elegia os meios mais prováveis de realizá-la:

- a) Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.
- b) Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.

c) Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos. (Declaração Sobre a Política do P. C. B. Voz Operária, 22-03-1958)

Assim, o PCB afirmava que na América Latina não havia registrado uma revolução democrático-burguesa propriamente dita, nem uma acumulação original de capital como acontecera na Europa desde o século XVI. Tendo em mente as etapas necessárias para alcançar o processo revolucionário, parte do marxismo afirmava que a região como um todo deveria passar por um processo revolucionário encabeçado pela burguesia nacional, em aliança com o proletariado, que deporia do poder as oligarquias latifundiárias para, depois de consolidar um processo de industrialização – proposta da Cepal – implantar a fase seguinte. Este debate, aberto pelos autores ligados à III Internacional, considerava, portanto, que a América Latina não estava madura para passar por um processo revolucionário socialista e sua tarefa consistiria em completar cada fase para poder aspirar à seguinte.

As posições do PCB receberam diversas críticas, principalmente quanto ao possível caráter feudal da economia latino-americana. Há uma série de autores que se opunham aos ditames do marxismo ortodoxo. Entre eles, no final dos anos 1940, Sergio Bagú, com a obra *Economia de la sociedad colonial*, foi pioneiro ao negar o feudalismo como característica das colônias latino-americanas:

Há, porém, um fato inegável: as colônias luso-hispânicas da América não nasceram para repetir o ciclo feudal, mas para se integrarem ao novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo. Foram descobertas e conquistadas como um episódio a mais em um vasto período de expansão do capital comercial europeu. Seu regime econômico colonial foi organizado para robustecer as economias metropolitanas e o mercado colonial. (BAGÚ [1949], 1999)

Ainda acerca do *mito* do feudalismo na sociedade latino-americana, destaca-se o marxista heterodoxo André Gunder Frank, figura importante na constituição da TMD. Frank se contrapôs às posições do marxismo dogmático apresentadas anteriormente e defendidas pelo PCB. Para ele, os problemas enfrentados pela agricultura não eram consequências de relações feudais e *atrasadas*. Muito pelo contrário, para o autor, é o próprio capitalismo que gera desenvolvimento e subdesenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial importaria limites aos países subdesenvolvidos. (GUNDER FRANK, [1964]

2005) Em outra passagem, Frank reforça sua perspectiva crítica diante das teses feudalistas, apontando para o caráter capitalista da agricultura brasileira desde a colônia:

*Por otra parte, el norte del país era rico en palo Brasil, madera muy codiciada para la producción de tintes, al igual que el índigo de Guatemala. Así, pues, esta parte nortea y ahora subdesarrollada de Brasil no tardo en ser incorporada al expansivo sistema capitalista mercantil como fuente de exportación de una materia prima. Las concesiones de tierra – capitanías y sismarías –, hechas por el Rey a algunos de sus súbditos para que colonizaran el Nuevo Mundo parecen feudales y, en efecto, tienen antecedentes feudales. Mas su esencia no era feudal, sino capitalista. Se las concibió y funcionaron como mecanismos de la expansión del sistema capitalista mercantil. Sus recipientes las aceptaron pensando en la ganancia comercial, y las financiaron con prestamos comerciales que recibieron y liquidaron – cuando pudieron – del producto de la explotación de otros.*  
(GUNDER FRANK, p.155, 1970)

Frank (1970) sustenta que não havia nem feudalismo, nem dualismo no Brasil – fazendo referência direta à obra de Jacques Lambert *Os Dois Brasis*, a qual afirma a existência de uma “sociedade dualista”, sendo uma parte moderna ligada ao desenvolvimento nacional e outra atrasada, feudal. Por entender o feudalismo como um sistema fechado, que produz exclusivamente para a subsistência e não mantém relações com o mercado externo, o autor defende o caráter capitalista da agricultura brasileira desde seu início. Assim, a ideia de que o capitalismo ainda carecia penetrar Brasil adentro era “cientificamente inaceitável” e a estratégia política baseada nessa premissa – apoiar a burguesia nacional para que ela cumprisse sua revolução burguesa – era politicamente desastrosa.

A única alternativa para os países *satélites* saírem da condição de dependentes, ainda segundo Frank, seria uma revolução imediatamente socialista, contrariando as interpretações do PCB, posto que:

*Só por meio da destruição da própria estrutura capitalista e da libertação do Brasil do sistema capitalista-imperialista mundial – só por meio da rápida passagem para o socialismo – será possível começar a resolver a crise e o subdesenvolvimento da agricultura brasileira, do Brasil e da América Latina.*  
(GUNDER FRANK, p. 100, [1964] 2005)

Como considerava o capitalismo responsável pelo surgimento do subdesenvolvimento, qualquer caminho reformista impossibilitaria o desenvolvimento da indústria e também impediria as transformações sociais no Brasil. Os estudos de Frank influenciaram fortemente Marini, como veremos no

capítulo seguinte, principalmente seu paradigma *desenvolvimento do subdesenvolvimento*.

“Para compreendermos realmente a agricultura subdesenvolvida, devemos compreender o subdesenvolvimento. E, para isso, devemos pesquisar o desenvolvimento desse subdesenvolvimento. Sim, desenvolvimento do subdesenvolvimento, porque o subdesenvolvimento, diferentemente talvez do não desenvolvimento, não antecedeu o desenvolvimento econômico nem surgiu espontânea ou repentinamente.” (FRANK, [1964], p. 60, 2005)

Um fato histórico constituiu *crítica prática* ao marxismo ortodoxo: a Revolução Cubana de 1959. Ao combinar aspectos socialistas e democráticos; demonstrar a viabilidade da luta armada para derrubar um governo ditatorial; e vislumbrar o socialismo e a revolução quando contestou o discurso oficial dos partidos comunistas da região, a Revolução Cubana motivou novas reflexões sobre a realidade latino-americana dentro do marxismo e influenciou o surgimento de novos grupos revolucionários no continente. (OSORIO, 1984)

Particularmente no Brasil, no início dos anos 1960, os ventos revolucionários cubanos juntaram-se a um período de grande agitação popular. Entre os anos 1961 e 1964, com a renúncia de Jânio Quadros e o conturbado governo de João Goulart, o país vivenciou seu momento de maior radicalização no século XX. O surgimento das Ligas Camponesas e de centenas de sindicatos rurais foi acompanhado de diversas ocupações de terras, em um movimento pela reforma agrária que impulsionou o debate sobre o campo. “A palavra de ordem ‘Reforma agrária na lei ou na marra’ mobilizava os camponeses, sob uma perspectiva exigente, agressiva.” (REIS FILHO, p.90, in: RIDENI & REIS FILHO, 2002). Nas cidades, o cenário também era de agitação social, com diversas paralisações e duas grandes greves gerais em 1962. Os trabalhadores urbanos avançavam na conquista de importantes direitos sindicais e políticos, clima que contagiou também parte das Forças Armadas, principalmente em torno da defesa da legalidade do processo democrático. (REIS FILHO, p.90, 2002)

A luta pelas chamadas “reformas de base” alcançara dimensões de grande envergadura, empolgando multidões (a favor e contra), radicalizando os espíritos, “rachando” a sociedade brasileira, aproximando momentos de confronto decisivo. (...) Neste panorama, pela primeira vez em sua acidentada história de alianças com os trabalhistas, o PCB sofria a concorrência crescente de forças políticas à sua “esquerda”. (REIS FILHO, p.91, 2002)



Neste contexto, surgem diversas organizações, entre elas: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), entre outros. Como foi dito anteriormente, Marini vivenciou este debate *de dentro*, como um dos fundadores da Polop, em 1961, no Rio de Janeiro. Reunindo jovens intelectuais como Theotonio dos Santos, Moniz Bandeira, Vania Bambirra, Juarez Guimarães, Emir e Eder Sader, Michael Löwy, Eric Sachs, além de Marini, o grupo se opunha ao diagnóstico do PCB sobre o Brasil. A organização, que surgira em 1961, racha seis anos depois, devido à saída de boa parte de seus militantes, que discordavam do imperialismo e do latifúndio como sendo os principais responsáveis pelo atraso brasileiro e criticavam, também, a aliança proposta pelo Partido em busca da revolução democrático burguesa, por etapas. Ao contrário, defendiam uma revolução socialista sem etapas, por afirmarem o caráter capitalista da realidade do país. Sobre o caráter socialista da revolução, a Polop afirmava que toda a luta anti-imperialista que, de fato, desbaratasse o imperialismo era, neste sentido, uma luta pelo socialismo. E, em vez de uma aliança com a burguesia nacional para a defesa dos interesses nacionais, propunha uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo (MATTOS, 2002).

“Em primeiro lugar, cabe-nos constatar que, nas condições do Brasil de hoje, é artificial a alternativa entre a luta socialista ou anti-imperialista. (...) Toda luta anti-imperialista, levada às últimas consequências, isto é, que leve à derrota do imperialismo, terá de se transformar em luta pelo socialismo.” (Política operária, apud MATTOS, p.197, 2002)

A partir de 1962, mantendo suas atividades enquanto militante da Polop, Marini passa a lecionar na Universidade de Brasília, que fora duramente atingida pelo Golpe militar de 1964 – inaugurando uma série de ditaduras ao longo do continente. Junto com um grupo de professores, Marini é demitido sumariamente da universidade e passa a ser perseguido pela ditadura devido às suas atividades subversivas. É preso e torturado pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), depois solto por um *habeas corpus*. Esse processo repete-se mais uma vez antes de Marini deixar o Brasil rumo a seu primeiro exílio, o México. Junto com Marini, também foram exilados Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Importante ressaltar que o exílio de diversos intelectuais de esquerda, ligados ao socialismo e/ou comunismo de todo o continente para o México

e, principalmente, para o Chile, propiciava um acúmulo de massa crítica que acarretará na elaboração da TMD. (COSTILLA, 2009)

Durante sua permanência no México (1964-1969), Marini lecionou no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México e, posteriormente, no Centro de Estudos Latino-Americanos da Faculdade de Filosofia, da Universidade Autônoma do México (Unam). Neste primeiro exílio, publica *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969), em que aborda os prévios acontecimentos da ditadura no Brasil, além de outras publicações que lhe garantem projeção internacional. A figura de Marini estava ligada diretamente às mobilizações estudantis que agitavam o México. Para que se tenha ideia do clima vivido, data deste período, em 1968, a morte de centenas de estudantes durante manifestações que reivindicavam melhores condições de ensino. Com a forte repressão ao movimento estudantil, Marini decide deixar o país e vai para o Chile, que passava por processos de reforma agrária e estudantil, durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) (BEIGEL, 2010). Este é um momento importante para a constituição da TMD, uma vez que o clima político chileno pré-vitória da Unidade Popular, liderada por Salvador Allende e o acúmulo de intelectuais exilados no Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) – entre eles, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Andre Gunder Frank, Marta Harnecker, Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio –, propiciava um ambiente favorável ao debate sobre a via chilena ao socialismo(OURIQUES, 1994). Desta forma,

*(...) Santiago de Chile se convirtió en una de las principales plataformas del sistema de cooperación internacional y capitalizo el dinamismo que se opaco en Brasil y en Argentina. La concentración de capital académico en Santiago fue estimulada por varios factores (...) la relativa estabilidad institucional y el asentamiento de organismos internacionales; el desarrollo de la educación superior y la política de fortalecimiento de la investigación científica estimulada por el gobierno chileno mediante fondos estatales y una agresiva política de captación de ayuda externa; el papel protagónico que la Cepal desplegó con la Alianza para el progreso y la llegada de numerosos científicos sociales sudamericanos exilados que aportaron decisivamente en el cuestionamiento de las corrientes predominantes en las ciencias sociales de entonces. (BEIGEL, p. 132, 2010)*

Marini (s/d) descreve assim o momento vivido no Chile: “(...) difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política”. Marini militava no *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), que desempenhava papel importante na esquerda chilena. É em meio a este debate que o brasileiro publica seu trabalho mais importante, *A Dialética da Dependência* (1973). Mas o golpe militar no país, que derruba a Unidade Popular em 1973, põe fim ao processo de efervescência

política e social no país, provocando um novo deslocamento dos intelectuais, dessa vez, de volta para o México. Segundo Marini,

(...) o México se transformou no centro desta elaboração crítica, seja por que tinha concentrado a massa de intelectuais exilados da região, seja por que, por sua infra-estrutura acadêmica e cultural e pelo clima de liberdade que ali respirava, erigiu-se como a Meca dos cientistas sociais de todo o mundo que visitavam a América Latina. (MARINI, p. 37, 1995)

Os aportes teóricos até aqui apresentados possuem certa autonomia interpretativa, propondo a necessidade de elaborar uma teoria própria para os países subdesenvolvidos, dado que estes apresentam características específicas, distintas das apresentadas pelos países desenvolvidos. Porém, essas teorias – a Cepal, o marxismo ortodoxo e a teoria da modernização – incorrem em uma depreciação das sociedades ditas subdesenvolvidas em detrimento das desenvolvidas. Bielschowsky (2000) aponta repetidas vezes o contraste centro/periferia em sua introdução à coletânea de textos em comemoração aos 50 anos da Cepal, que consta em seu método, o histórico-estruturalismo. Um anacronismo que impõe aos países subdesenvolvidos os países desenvolvidos enquanto paradigmas a serem alcançados, daí o etapismo cepalino. Mesmo compreendendo que o subdesenvolvimento necessitava de uma teoria própria, pois apresentava um processo diferente daquele ocorrido no centro do capitalismo, a Cepal tinha como tipo ideal os processos históricos ocorridos no centro do capitalismo.

O PC brasileiro, assim como a maioria dos partidos comunistas em toda a América Latina da época, era uma caixa de ressonância da III Internacional. Insistiam na existência de uma burguesia progressista, afirmavam o caráter feudalista da agricultura no continente e defendiam a necessidade de uma revolução democrático-burguesa. Assim, “forçavam” a realidade para encaixá-la nos moldes legados pela história dos países europeus, de forma que, em seu dogmatismo, o atraso latino-americano era apresentado como resultado da ausência de capitalismo, afirmando-se a existência de relações não capitalistas (feudais) que deveriam ser extintas. Já a Europa, em uma interpretação evolucionista, era tomada como padrão a ser seguido, como se a história tivesse um sentido teleológico. A dicotomia tradicional/moderna da teoria da modernização corresponde à dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido, os quais representam dois momentos previsíveis,

manipuláveis e controláveis da evolução das sociedades. A modernização seria uma fase superior da sociedade tradicional, como um elo no decorrer da evolução e com o objetivo de alcançar o pleno desenvolvimento. De modo geral, a teoria da modernização pretendeu justificar a necessidade do processo de modernização para uma sociedade que se industrializa, legitimando as formas em que desenvolve o processo ideal de modernização, em função do modelo estadunidense. Como afirma Santos:

Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções neutras em termo de valores, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável. (SANTOS, p. 04, 2000)

Essas teorias pressupunham que o desenvolvimento, outrora alcançado pelos países centrais, poderia ser revivido nas regiões periféricas do sistema capitalista mundial. Ao apresentarem os obstáculos para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, utilizam, sempre, como contraponto, o padrão desenhado pelos países desenvolvidos. Assim, a ideia do subdesenvolvimento como um estágio anterior ao desenvolvimento permanece (ARAUJO, 2002). Marini se opõe à “(...) ideia do desenvolvimento como um *continuum* e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso.” (MARINI, p. 72, 1992). Segundo Araujo, as teorias acima apresentadas incorrem em um equívoco,

Propõe-se a investigar as condições do “desenvolvimento econômico” nas economias periféricas tomando aquelas relações [capitalistas] como um pressuposto, *quando o problema são justamente essas relações* – sua gênese e seu desenvolvimento, enfim o movimento real do capital nessas economias, suas possibilidades e seus limites. (ARAUJO, p.72-73, 2002)

Segundo Marini, o que essas teorias ignoram é que “(...) o desenvolvimento de alguns países resulta precisamente do que determina o subdesenvolvimento.” (MARINI, p.75, 1992). Assim, o autor coloca a América Latina também como protagonista do processo histórico, apresentando subdesenvolvimento e desenvolvimento como faces da mesma moeda, resultados do mesmo processo: o desenvolvimento do sistema capitalista em escala mundial.

Em meio a todo este debate, surgem a(s) teoria(s) da dependência que, de modo geral, aborda(m) o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos, para depois apontar os mecanismos para a superação dos seus problemas. Há duas correntes interpretativas, uma representada Ruy Mauro Marini, e outra por Fernando Henrique Cardoso.

Ao longo deste capítulo, pôde-se perceber o acúmulo de massa crítica direcionada ao reformismo e ao etapismo do PCB e ao desenvolvimentismo cepalino que, somado a alguns acontecimentos históricos, compuseram o caldo de cultura do qual emerge(m) a(s) teoria(s) da dependência. Destacam-se então, como veremos no próximo capítulo, duas correntes: a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria Weberiana da Dependência (TWD). Para a primeira, em que se destaca Ruy Mauro Marini, a dependência é estrutural e apenas com a abolição do capitalismo pode-se pôr fim a ela. Já para a segunda, encabeçada por Fernando Henrique Cardoso, a dependência é conjuntural podendo ser superada nos marcos do capitalismo.

**Vampiros**

Zeca Afonso

No céu cinzento sob o astro mudo  
Batendo as asas pela noite calada  
Vêm em bandos com pés veludo  
Chupar o sangue fresco da manada

Se alguém se engana com seu ar sisudo  
E lhes franqueia as portas à chegada  
Eles comem tudo eles comem tudo  
Eles comem tudo e não deixam nada

A toda a parte chegam os vampiros  
Poisam nos prédios poisam nas calçadas  
Trazem no ventre despojos antigos  
Mas nada os prende às vidas acabadas

São os mordomos do universo todo  
Senhores à força mandadores sem lei  
Enchem as tulhas bebem vinho novo  
Dançam a ronda no pinhal do rei

Eles comem tudo eles comem tudo  
Eles comem tudo e não deixam nada

No chão do medo tombam os vencidos  
Ouvem-se os gritos na noite abafada  
Jazem nos fossos vítimas dum credo  
E não se esgota o sangue da manada

Se alguém se engana com seu ar sisudo  
E lhe franqueia as portas à chegada  
Eles comem tudo eles comem tudo  
Eles comem tudo e não deixam nada

Eles comem tudo eles comem tudo  
Eles comem tudo e não deixam nada

## **2 A superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini**

Dentre as contribuições de Marini, o autor cunhou a categoria *superexploração* para definir um fenômeno intrínseco aos países dependentes. Devido à sua posição subordinada no mercado mundial, dado que para o autor havia diferentes formas de adentrar e participar do capitalismo, haveria uma transferência de mais-valia que, embora produzida internamente, era realizada fora através de suas relações comerciais com os países imperialistas. Este processo de descapitalização desencadearia a busca por mais mais-valia por parte dos capitalistas dos países dependentes para dar continuidade ao processo de acumulação de capital. A superexploração manifestar-se-ia no prolongamento e/ou intensificação da jornada de trabalho e na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real.

Neste capítulo, apresentaremos de que forma a categoria superexploração da força de trabalho desenvolve-se dentro das obras de Marini. Para melhor compreender a categoria e seu papel fundamental dentro da teoria do autor, no que diz respeito às leis próprias do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, iniciaremos a exposição apresentando o que é a dependência e quais suas consequências.

Marini afirma que a superexploração é consequência direta da dependência e sua perpetuação. Superexploração, portanto, é apresentada pelo autor como fundamento da dependência. Em um artigo de 1992, porém, Marini afirma pela primeira e única vez, que a superexploração da força de trabalho pode expandir-se, ainda que de forma conjuntural, para todos os países do globo, o que, como buscar-se-á demonstrar ao longo deste capítulo, contradiz o que o autor defendera até então e coloca em risco seu arcabouço teórico.

### **2.1 A dependência**

Com o objetivo de substituir o termo subdesenvolvimento, que, para Marini, carrega a impressão de um estágio anterior ao desenvolvimento, ou ainda, a um

estágio de capitalismo que deveria ser impulsionado, o autor cunha o conceito de dependência, entendendo-a como algo estrutural, própria do desenvolvimento e do funcionamento do capitalismo.. A partir do momento que a divisão internacional do trabalho destinou papéis distintos para os países – enquanto uns industrializavam-se, outros especializavam-se em produtos primários –Marini apresenta a dependência como uma situação permanente dentro dos marcos do capitalismo, inerente ao seu funcionamento e que apenas teria fim com a supressão das relações capitalistas que a implicam. Em outras palavras, somente com o advento do socialismo, através de uma revolução antiburguesa, anti-imperialista e anticapitalista, teríamos o fim da dependência.

Acompanhando o raciocínio de Marini, pode-se afirmar que o desenvolvimento de alguns países ocorre às custas de outros, os subdesenvolvidos. Junto à subordinação a que estão submetidos os países dependentes, as leis gerais do desenvolvimento capitalista proporcionam uma transferência de capital (mais-valia) destes últimos rumo aos países centrais. Esse êxodo de capital ocorre nas relações comerciais entre países via trocas desiguais, pagamento de juros e dívidas, amortizações, *royalties*, entre outros e provoca um processo de descapitalização que, do ponto de vista do empresário capitalista, significa perda de capital. Consequentemente, para compensar essa perda, o capitalista recorre à superexploração da força de trabalho – como será visto com mais detalhes adiante. Mas, antes, o que caracteriza a dependência e como ela se manifesta?

Antes de prosseguirmos, porém, são necessários alguns esclarecimentos. Devemos limpar o terreno, pois além de a dependência ter sido um conceito em disputa entre os anos 1960 e 1970, neste mesmo período debateu-se a validade teórica da TMD. Em 1970, Weffort publica *Notas sobre a 'Teoria da Dependência': teoria de classe ou ideologia nacional*, questionando certa ambiguidade na definição do objeto da teoria da dependência, como se pode notar no próprio título do texto. Tratava-se de uma perspectiva que partia das classes sociais, tendo, nas relações de produção, seu núcleo determinante, ou de uma teoria que procura explicar a realidade latino-americana do ponto de vista da nação, construindo uma ideologia nacional. Para Weffort (1970), há uma incoerência teórica na abordagem que coloca classes e nação em conjunto, pois uma teoria da classe não necessita da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista. Weffort indica Cardoso e



Faletto (1970) como principais referências da produção teórica sobre a dependência e afirma que, ao tentarem analisar concomitantemente as relações externas e internas, apresentam bom argumento de que mesmo com a determinação externa, a constituição da nação implica as condições das classes sociais, e é por meio das relações entre elas que a determinação externa ganha uma nova face. Porém, aponta Weffort, é necessário analisar cada estado-nação individualmente – o que Cardoso e Faletto não fazem – para que seja possível diferenciar o contexto interno do país e, posteriormente, compreender a forma com que cada um se articula com o mercado externo. Para tanto, o autor utiliza como exemplos Brasil e Argentina, países dependentes que apresentaram processos distintos de industrialização. Weffort ainda destaca a separação teórica entre economia e política, segundo a qual o caráter dependente dos países latino-americanos é fundado pela constituição politicamente independente da nação, sem que esta conte com autonomia econômica. Assim, a teoria da dependência perde a possibilidade de alcançar um caráter totalizante dentro das argumentações de Cardoso e Faletto.

Cardoso (1971) busca responder a essas e a outras questões em *'Teoria da Dependência' ou Análises Concretas de Situações de Dependência?*. Admite, então, que Weffort tem razão ao negar o caráter totalizante à teoria da dependência, e afirma que sempre a entendeu como a expressão política na periferia, do modo de produção capitalista, quando este é levado à expansão internacional. Cardoso procura indicar que o conceito de dependência é construído com base nas contradições reais que derivam da expansão do capitalismo no plano internacional. Trata-se do acompanhamento teórico das alterações externas que afetam a realidade nacional no plano político. Por exemplo: o governo Vargas e o nacionalismo; e o governo JK e o internacionalismo. Logo, o conceito de dependência é construído como reagente, ou seja, explica-se pelo imperialismo. A expansão imperialista precede a dependência e, desta forma, toda sua elaboração supõe o imperialismo.

Em um ensaio de 1972, Quartim de Moraes intervêm no debate entre Cardoso e Weffort, buscando demonstrar que o primeiro defende sua posição apoiado na noção de *situação concreta de dependência*, e que Weffort parte de uma premissa abstrata para criticá-lo. Para Quartim, há certo dogmatismo de esquerda na visão de Weffort, quando este indica a necessidade de uma *teoria de classe*,

ocasionando um reducionismo em sua análise que deixa de lado, por exemplo, o Estado, a economia política e a forma como se deu a industrialização no país. Quartim aponta ser uma opção teórica ressaltar o império, como fez Lênin, ou a dependência, como fizeram Cardoso e Faletto. Porém, afirma que a dupla, ao negar as teses de Lênin, deixaram de atribuir à noção de dependência uma relação bipolar com o imperialismo, formulando uma nova análise e um novo método, que veria a dinâmica interna dos países dependentes como um aspecto particular da dinâmica mais geral do capitalismo mundial. Discordando de Cardoso e Faletto, Quartim afirma:

Inferimos, como conclusão positiva, que o sentido que se pode atribuir ao conceito de dependência, não é outro que o do conhecimento de um objeto específico (as formas intermediárias de Estados juridicamente independentes, porém financeira e diplomaticamente dependentes, segundo a forma de Lênin), que é em si mesmo um sistema parcial (um sub-sistema) de outro maior (o sistema capitalista internacional), que o determina em última instância, sem que por isto o faça completamente. (QUARTIM, p. 10, 1972)

O autor busca demonstrar que a economia externa exerceria grande peso sobre a política interna, mas afirma que é impossível estudar o capitalismo na América Latina sem abordar os estados nacionais e as políticas econômicas elaboradas pelas burguesias locais. Fazendo assim uma ligeira crítica à afirmação de Weffort (1970), em torno de a teoria de classe não necessitar da premissa nacional para explicar o que diz respeito ao desenvolvimento capitalista. Quartim defende que os países dependentes, ao se integrarem ao imperialismo, internacionalizam-se de tal forma que diminuem suas diferenças em relação aos países do centro capitalista, posto que as associações entre as empresas nacionais/estatais e privadas, desenvolveriam um potencial de articulação político-econômica entre seus sócios. Nesse ponto, o prognóstico de Quartim se aproxima muito do apontado por Cardoso e Faletto (1970) e Cardoso (1972), que já indicavam a associação como forma particular do desenvolvimento brasileiro.

Os autores apresentados até aqui não possuem divergências radicais entre si, no entanto, os textos de Marini se destacam dos demais, principalmente dos de Cardoso, com o qual trava um debate teórico-metodológico que será exposto a seguir. Em *Dialética da dependência* (1973), Marini afirma que os países dependentes são subordinados político-economicamente ao imperialismo. A noção de subordinação, que também aparece nos discursos dos outros autores, parece

convergir à tendência dos Estados latino-americanos, desde sua formação, de exercerem o controle externo de suas economias. Cardoso e Faletto (1970), por exemplo, fundamentam o conceito de dependência nas associações entre o Estado e o capital privado internacional, que prontamente estabelecidas permitiriam um crescente controle político sobre essas relações. Já Marini, partindo de uma perspectiva marxista e ressaltando em sua análise a formação das relações de produção nos países centrais e nos dependentes, observa que o processo de reprodução econômica em ambos é repostado sempre de forma diferente, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo internacional. Ele define a dependência, característica do capitalismo latino-americano e particularmente do brasileiro, como

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, p.141, [1973] 2005)

Inovando as análises acerca da dependência, Marini afirma que a América Latina, e particularmente o Brasil, com seu capitalismo dependente (logo, subordinado), desempenha papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo mundial. Sendo assim, as veias abertas da América Latina facilitaram a transformação da mais-valia absoluta em mais-valia relativa, a acumulação primitiva e o processo de implantação da maquinaria, auxiliando na industrialização dos países centrais. O aumento da produtividade nesses países e o crescimento de suas populações fizeram com que aumentasse, também, a quantidade de mercadorias (bens primários) exportadas pela América Latina. No entanto, seriam necessários montantes muito maiores de exportação para obter equiparação com os bens industriais importados dos países centrais, sempre favorecidos pelo intercâmbio desigual. Como consequência, uma profunda contradição surgiria do contraste entre a capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, e a acumulação baseada na superexploração do trabalhador na periferia. (GANDÁSEGUI, 2009). Segundo Marini, seria esta contradição a essência da dependência latino-americana.

Para Cardoso, a dependência é vista como uma situação conjuntural e reversível dentro dos marcos do capitalismo, que parte de um processo econômico ditado pela interdependência entre as diversas nações. Portanto, os países

dependentes teriam a integração com o mercado internacional como alternativa para ter acesso às inovações tecnológicas, por meio da entrada de investimentos estrangeiros e, assim, dinamizar suas economias e melhorar as condições de vida da população, sustentando, assim, uma visão funcionalista do sistema capitalista. Ao balizar seus dois mandatos com as teorias apresentadas, sustentando a associação/subordinação ao grande capital internacional, Cardoso demonstra que com nenhuma de suas vocações pôde, de fato, compreender e transformar a dependência brasileira. (TRASPADINI, 1999).

Ao contrário de Cardoso, Marini sustenta uma ideia anticapitalista, em visão do caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual; deste modo, a única solução seria a superação das relações de dependência através da revolução e da construção do socialismo. Já, segundo Cardoso, a proposta de Marini para romper com a dependência serviria apenas para desperdiçar a vida de jovens latino-americanos, passando de uma análise economicista para o voluntarismo. De outro lado, segundo Marini, o prognóstico de Cardoso levaria somente à ampliação e ao desenvolvimento da dependência.

Isto posto, para Marini, a dependência é um fenômeno permanente e estrutural, mas que não ocorre sempre da mesma forma. Essa relação de subordinação data do surgimento da América Latina, no século XVI, com o início de suas contribuições para o desenvolvimento do capitalismo. A região, que nascera junto com a expansão do capitalismo mercantilista europeu, desde seu alvorecer e até o fim do período colonial (século XIX), é convocada a fornecer matérias-primas e produtos *in natura* que contribuíram com a acumulação primitiva de capital. Corroborando Caio Prado Jr. (1977), Marini aponta que a região já nascera imbricada com o capitalismo mundial, e o sentido de sua colonização seria apenas o de fornecer matérias-primas que coadjuvaram o desenvolvimento do capitalismo, culminando com a Revolução Industrial na Europa. Segundo Marini,

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, p.140, [1973] 2005)

Marini destina poucas páginas de suas obras para analisar o período citado (séculos XVI-XIX), por diferenciar a situação colonial da dependência, que surge apenas no século XX, e é o foco do autor. Durante o período colonial, além de fatores extraeconômicos garantirem a transferência de valores das colônias à metrópole, o sistema econômico dos países colonizados era baseado na complementação das economias centrais, tendo seus ciclos determinados por fatores externos. Por outro lado, com o surgimento e a consolidação dos países latino-americanos politicamente independentes (século XIX), apesar de continuarem com a transferência, fazem-na agora assentados sobre procedimentos baseados nas leis próprias da economia (de mercado) e também, iniciam um ciclo econômico próprio (OSORIO, 1994). Citando Marx, Marini justifica sua opção por sustentar a ideia de que é com o surgimento da grande indústria que amadurecem as relações capitalistas e, conseqüentemente, a divisão internacional do trabalho. A exposição desse período, mesmo que rapidamente, possibilita uma melhor compreensão do sentido da dependência, posto que a forma subordinada com que o continente adentra a divisão internacional do trabalho é fortemente influenciada pela exploração que passa durante os séculos anteriores e que é parte do desencadeamento da dependência.

No primeiro tomo de *O Capital* (cap. XXIV), após apresentar as (pré)condições sociais (grosso modo, a separação –violenta – entre produtores e meios de produção), Marx (2008) trata da acumulação primitiva, em que há a indicação das origens do capital acumulado que possibilitará as transformações para o surgimento e a consolidação da Revolução Industrial, a saber: o sistema colonial, a dívida pública, os (super)tributos e o protecionismo. Dentro do que nos interessa no presente trabalho, nos deteremos no sistema colonial. Segundo Marx:

A descoberta das terras do ouro e prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, p. 285, 1985)

Mais à frente, Marx ainda reforça a importância do sistema colonial para o amadurecimento das relações capitalistas na Europa:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades monopolias” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. As manufaturas em expansão, as colônias asseguravam o mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. (MARX, p. 287, 1985)

Mandel (1971) aponta uma possível subestimação de Marx em relação à importância do sistema colonial para a acumulação primitiva. Segundo ele, Marx não fora capaz, por limitações espaciais e temporais, de captar a magnitude da contribuição involuntária ou, em outras palavras, da pilhagem dos países coloniais. Galeano (2009) apresenta como a longa exploração da América Latina, que incluiu desde metais preciosos (ouro e prata), alimentos (açúcar, café, cacau) entre outros produtos agrícolas, contribuiu para desenvolvimento do capitalismo e da indústria.

“Com bases nos dados que proporciona Alexander Von Humboldt, em seu já citado Ensaio sobre o Reino da Nova Espanha, estimou-se em 5 bilhões de dólares atuais a magnitude do excedente econômico levado do México entre 1760 e 1809, apenas meio século, através das exportações de prata e ouro.” (GALEANO, p.56, 2009)

Produzindo o que a Europa necessitava, o continente latino-americano especializava-se na monoprodução e suas classes dominantes, contando com uma vasta oferta de mão-de-obra escrava, não tinham nenhum interesse em diversificar a produção interna e melhorar as condições de vida da população, “seus salários não representavam um poder de compra a ser aumentado, mas apenas um custo de trabalho a ser reduzido (...)” (FRANK, p.171, 1980).

“O capital que sobrava na América, uma vez deduzida a parte do leão que se dirigia ao processo de acumulação primitiva do capitalismo europeu, não gerava, nessas terras, um processo análogo ao da Europa, para lançar as bases do desenvolvimento industrial, mas se desviava para a construção de grandes palácios e templos ostentosos, à compra de jóias, roupas e móveis de luxo, à manutenção de numerosos serviços e ao desperdício em festas. Em boa medida, este excedente também ficava imobilizado na compra de novas terras ou continuava girando nas atividades especulativas e comerciais.” (GALEANO, p.49-50, 2009)

Mandel (1971) apresenta o volume de capital que fora transferido para a Europa, reunindo o que havia sido remetido pelas colônias entre os séculos XVI e XVIII, e afirma:

*La suma de todas estas cantidades supera los mil millones de libras-oro inglesas, es decir más que el valor total del capital*

*invertido en todas las empresas industriales europeas hacia 1800. La afluencia de estas enormes masas de capitales hacia las naciones comerciales europeas entre el siglo XVI y finales del XVIII, no solamente creó una atmosfera favorable a la inversión de capitales y a la expansión del “espíritu empresarial”. También se puede demostrar que, en numerosos casos, financió directamente la fundación de manufacturas y fábricas, dando de ese modo un impulso decisivo a la revolución industrial. (MANDEL, p. 5, 1971)*

Enquanto o desenvolvimento do capitalismo na Europa culmina com a Revolução Industrial no século XIX, na América Latina, esse processo corresponde à crise do pacto colonial, desencadeando uma série de processos de independência no continente e surgindo, assim, diversos países que herdavam suas estruturas administrativas e demográficas do período colonial. Esses países, após o fim do exclusivismo metropolitano, ignorando uns aos outros, têm a Inglaterra como destino de suas exportações, e passam a “(...) produzir e exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando as importações superam as exportações – de dívidas.” (MARINI, p.140, [1973] 2005). É dessa forma, produzindo bens primários e importando manufaturas, que a América Latina adentra a divisão internacional do trabalho, fato decisivo para a forma como a região se desenvolverá posteriormente. É neste momento que, segundo Marini (1973), configura-se a dependência.

*“(...) o excesso secular das exportações dos países subdesenvolvidos sobre suas importações, através de todo esse período, significou uma contribuição fundamental para a acumulação de capital, o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico dos países agora desenvolvidos; e a geração de deste excedente de exportação dos países agora subdesenvolvidos desenvolveu então o modo de produção que subdesenvolveu a Ásia, África e América Latina. (FRANK, p.210-211, 1980)*

Os países dependentes, ao integrarem a divisão internacional do trabalho sob essa forma subordinada, especializam-se em produtos primários, com baixo valor agregado e também baixa composição orgânica do capital, enquanto os países centrais tem como foco os produtos industrializados, o desenvolvimento de tecnologias com alto valor agregado e, neste caso, a alta composição orgânica do capital. Entendendo o capitalismo como um sistema baseado na competição e na acumulação de mais-valia, os países subordinados (ou dependentes) “sofriam diversas formas de expropriação de seus excedentes e do valor que produziam e se ajustavam às necessidades de reestruturação dos monopólios que competiam no âmbito da economia mundial.” (MARTINS, p. 239, 2011). Dessa forma, Marini entende que há uma lógica contraditória no capitalismo, sendo desenvolvimento e

subdesenvolvimento características de um mesmo processo: a acumulação de capital em escala mundial. (SANTOS, 1970)

Ao evidenciar a importância dos países dependentes no desenvolvimento do capitalismo, Marini ([1973] 2005) afirma que se o desenvolvimento da grande indústria europeia tivesse que estabelecer-se sob bases estritamente nacionais, esse processo teria sido fortemente obstaculizado. Pois para que parte da sociedade se voltasse exclusivamente ao desenvolvimento das atividades industriais, fez-se necessário obter vastas quantidades de produtos agrícolas e a Europa, em particular a Inglaterra, obteve boa parte destes produtos da América Latina. (MARINI, p.143-144, [1973] 2005). Assim, além de a inserção latino-americana na divisão internacional do trabalho ter acontecido em função da Revolução Industrial europeia, a região, que não *determinou* o processo de industrialização, *auxiliou* a especialização dos países do centro do capitalismo na produção de manufaturas que, negligenciando sua produção de alimentos e agrícola em geral, especializaram-se na produção de matérias-primas industriais. (MARINI, p.175, 176, [1978] 2000)

O papel da América Latina, como ressalta Marini, não ficou restrito à produção e à exportação de bens primários, essenciais para a grande indústria. Além de ser um pequeno mercado consumidor para os produtos industrializados europeus, ela contribuiu para um salto qualitativo do capitalismo no velho continente:

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes [países industriais], a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção.

Marx (2008) distingue duas formas de gerar mais-valia, a absoluta e a relativa. A primeira é obtida através do prolongamento e/ou intensificação da jornada de trabalho, e a segunda, da redução do tempo de trabalho necessário (período em que o trabalhador reproduz sua força de trabalho), o que, conseqüentemente, aumenta o tempo de trabalho excedente – aqui, o trabalhador gera mais-valia para o capitalista. Marini afirma que a exportação de alimentos (bens salário), oriundos da América Latina, auxiliou na redução do tempo de trabalho necessário (capital variável),



portanto, no aumento da mais-valia relativa nos países industrializados. Com o desenvolvimento do maquinário industrial, aumentou também a produtividade das indústrias. Porém, esse aumento não seria suficiente para alterar a taxa de mais-valia, que é medida pelo grau de exploração da força de trabalho, resultado da relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. A mais-valia relativa refere-se justamente à diminuição do tempo de trabalho necessário, quando o trabalhador necessita de menos tempo para reproduzir sua força de trabalho, elevando o tempo de trabalho excedente. Em outras palavras, ao baratear os bens necessários para a reprodução da força de trabalho, a América Latina proporciona aos países industriais condições para passar da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. (MARINI, p.145-146 [1973] 2005).

O aumento da produtividade nos países industrializados acarretou um aumento no consumo de matérias-primas no processo de produção, ou seja, os trabalhadores passaram a produzir mercadorias em maior quantidade e no mesmo período de tempo. Essa maior produtividade, aliada à mais-valia relativa, acarretará uma mudança na composição-valor do capital, com a diminuição do valor do capital variável em relação ao valor do capital constante. Essa mudança na composição do capital impacta na taxa de lucro, pois o aumento da mais-valia – sempre que esta implique uma elevação concomitante do valor do capital constante para produzi-la, ainda que em termos relativos – representa uma queda na taxa de lucro. (MARINI, p.147 – 148 [1973] 2005). Para Marini,

Essa contradição, crucial para a acumulação capitalista, é contraposta por diversos procedimentos que, desde um ponto de vista estritamente produtivo, se orientam tanto no sentido de incrementar a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente. (MARINI, p.148 [1973] 2005)

Segundo Cotrim (2005), Marini ressalta o fato de que a América Latina contribui duplamente para o desenvolvimento do capitalismo industrial, pois, com sua oferta mundial de alimentos, além de possibilitar a especialização de parte da sociedade europeia na industrialização, contribui, ao produzir alimentos e matérias-primas cada vez mais baratos (destinados à exportação), para contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro dos capitalistas d'além mar. Segundo Marx,

(...) o comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui

para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante.” (MARX, p. 313, 2008)

Em outra passagem, Marini reforça essa visão:

(...) a exportação latino-americana de alimentos se realiza em função da revolução industrial europeia e coadjuva (não determina de maneira exclusiva) a diminuição do capital variável, necessária para que a elevação da produtividade, sobre a base do aumento do capital constante, não pressionasse para baixo a taxa de lucro.

A forma como ocorre o processo de industrialização nos países dependentes em geral, e no Brasil em particular, é indispensável para compreender a argumentação de Marini. O autor entende que a dependência surge após o fim da colônia, quando se inicia uma “relação de subordinação entre países *formalmente independentes*” (MARINI, p.141, [1973] 2005). É a partir do desenvolvimento do processo de industrialização que surgem os mecanismos que engendram a dependência. Ao longo dos séculos os países dependentes contribuíram com o processo de acumulação primitiva e, conseqüentemente, para o surgimento da grande indústria e, somente após a consolidação desta, estabelece-se a divisão internacional do trabalho. (MARINI, p. 142, [1973] 2005)

Para Marini (1973) a indústria nos países dependentes, até os anos 1950, foi uma atividade submissa à exportação dos bens primários. Marini (1969) denomina como “exportadora” a economia dos países latino-americanos até meados do século XX, caracterizando-as como primário-exportadoras. Exportavam-se produtos primários e importavam-se, principalmente, artigos de luxo. Porém, o início do século XX acirrou os problemas para a manutenção dessa ordem. As duas guerras mundiais, somadas à crise de 1929, impõem duras dificuldades comerciais a estes países que veem os preços dos produtos primários caírem, ao mesmo tempo em que diminuem seus mercados de destino. Ficam também incapacitados de adquirir os produtos industrializados e os bens de capital através do mercado internacional. Tem início o processo de industrialização para a substituição de importações. Entre 1920 e 1950, países como Argentina, Brasil e México desenvolvem indústrias leves voltadas para o consumo de bens não duráveis, capazes de suprirem a demanda interna das classes altas da sociedade. (MARINI, p.52-55, [1969] 2012) Para Marini, esse processo de industrialização substitutiva de importação

(...) operara sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis e

permitia que o processo de produção sustentasse graças à importação crescente de bens de capital, isto é, bens intermediários, máquinas e equipamentos. A continuidade de uma industrialização colocada nesses termos dependia do crescimento progressivo da capacidade para importar e, portanto, de uma massa crescente de divisas. (MARINI, p. 81, 1992)

Esse processo de industrialização não tinha a necessidade de criar sua demanda, pois já contava com uma suficiente para si. Impedida de conseguir seus produtos através da importação, a esfera alta de consumo volta-se para a produção interna. Com isso, a produção industrial tinha como mercado consumidor em potencial as esferas altas de consumo e não as necessidades dos trabalhadores. O que significa que o consumo dos trabalhadores não influía significativamente no processo de acumulação de capital. Somado a isso, os capitalistas industriais contariam ainda com uma crescente oferta de mão de obra, que depreciava o valor dos salários. Assim, Marini ainda destaca que, até a primeira metade do século XX, as economias dependentes representavam apenas “(...) um sistema de produção complementar ao das economias centrais (...)”. (MARINI, p.21, 2013) Sua produção era voltada para consumidores d'além mar e os trabalhadores não influíam no consumo da produção. Neste mesmo período, ainda segundo Marini, consolida-se a integração dos sistemas de produção, dado que “(...) definitivamente a integração na esfera do mercado impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação.” (MARINI, p.53, [1969] 2012)

Nesse mesmo período,

(...) com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. (MARINI, p. 52, [1969] 2012)

Até aqui, apresentou-se de que forma o desenvolvimento próprio do capitalismo gera desenvolvimento e subdesenvolvimento, ambos contraditórios, porém complementares, segundo Marini. Nas palavras do autor, “(...) o desenvolvimento de alguns países resulta precisamente do que determina o subdesenvolvimento dos demais.” (MARINI, p. 75, 1992). Para alcançar o desenvolvimento, com o processo de industrialização e produção de tecnologia, os países centrais *subordinaram* países para atenderem às suas necessidades.

“As elites/burguesias locais, por chegarem tarde ao cenário mundial, foram *punidas* quando iniciam seus processos de industrialização. Competem em um mercado mundial já inundado de produtos industrializados da Europa e EUA. A despeito disto, todo o processo de transferência de matérias-primas e produtos in natura – que se transformavam em capital ao chegar à Europa, ao longo de quatro séculos (XVI – XIX) – a despeito do processo de descapitalização do continente latino-americano – proporcionara à Europa desenvolver suas indústrias e tecnologias anteriormente. Legando aos países dependentes um papel inferior dentro da divisão internacional do trabalho que, como demonstraremos a frente, não seria superado com um processo de industrialização..” (MANDEL, 1971)

A partir de 1950 cresce o investimento externo no Brasil, principalmente dos EUA, e esse investimento é especialmente direcionado para os setores industriais que proporcionam maiores lucros, ou seja, os que produzem mercadorias suntuárias. É importante destacar que, nesse período, tem início um processo de internacionalização do sistema produtivo nacional. Para os trabalhadores, isso significou menos oferta de empregos, uma vez que há um aumento do número de indústrias que contam com alta tecnologia, demandando menos. Disso resulta que o processo de industrialização, a partir de 1950, em vez de criar mais e melhores empregos, acaba por aumentar o exército industrial de reserva. Para além disso e, ao contrário do que ocorreu nos países centrais, a industrialização local não resulta no barateamento dos produtos necessários à subsistência da força de trabalho. (MARINI, 1977)

“(...) o capitalismo dependente, baseado na superexploração do trabalho, divorcia o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção; isto se expressa, a nível da diversificação do aparelho produtivo, no crescimento monstruoso da produção suntuária, em relação ao setor de produção de bens necessários e, em consequência, na distorção equivalente que registra o setor de produção de bens de capital.” (MARINI, p. 192, 2000)

Nota-se que Marini descarta termos depreciativos para caracterizar o capitalismo e/ou as sociedades dos países dependentes. O que o autor busca demonstrar é que mais do que problemas, desvios, insuficiências, incapacidades, atrasos e ausências, os países dependentes encontram empecilhos consequentes da forma como adentram o mercado mundial, no qual o progresso tecnológico desempenha papel crucial na concorrência capitalista. Após analisar as contribuições da América Latina para o desenvolvimento do capitalismo, Marini parte para as consequências internas aos países dependentes.

A partir deste ponto, é importante apresentar o *segredo* do intercâmbio desigual entre os países dependentes e os industriais, processo necessário para

compreender o artifício utilizado pelos capitalistas dos países dependentes para compensar essa perda de capital, ou seja, a *superexploração*.

O aumento da oferta de matérias-primas e alimentos, com a consequente queda dos preços no mercado mundial, provocou uma deterioração nos termos de troca para a América Latina, dado que a região especializou-se nesses produtos. Os preços dos produtos industriais se apresentam de forma mais estável ao longo do tempo e, mesmo quando diminuem, caem de forma mais lenta do que o observado com os produtos primários. Marini ([1973] 2005, p. 149) afirma a impossibilidade de compreender essa queda nos preços dos produtos primários através do aumento de produtividade destes, o que geraria uma desvalorização real, por que é justamente nos países dependentes que a produtividade cresce mais lentamente. Segundo Marini ([1973] 2005, p.151), é com a expansão do mercado mundial e a divisão internacional do trabalho entre países industriais e não industriais, que se desenvolvem melhores condições para a aplicação da lei do valor, mas que, ao mesmo tempo, segundo Marini, são gerados os mecanismos para sua violação<sup>4</sup>, conforme será explicado a seguir.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, no qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário, incorporado nas mercadorias. Porém, como veremos adiante, o que ocorre é a violação das leis da troca através de diferentes mecanismos que realizam transferência de valor, por conta da forma como se fixam tanto os preços de produção como os de mercado (Marini, 2005, p.151).

Como ocorrem essas transferências de valor? Quando um capitalista (C1) consegue aumentar o nível de sua produtividade acima do tempo de trabalho socialmente necessário – ou seja, acima daquele que determina o valor social da mercadoria – alcança, em uma mesma jornada de trabalho, um maior valor produzido. Assim, mesmo reduzindo o valor unitário de sua mercadoria, ao vendê-la, o capitalista o fará pelo seu valor socialmente determinado, o que provocará uma

---

<sup>4</sup> Cabe aqui uma crítica ao Marini, pois não há violação da lei do valor, senão seu mais claro vigor. Nos livros I e II de O Capital, Marx supõe que o processo de realização ocorre sem problemas e que, portanto, os preços equivaleriam aos valores. Mas isso é circunstancial e, no livro III, Marx deixa claro que as mercadorias não são vendidas pelos seus valores.

mudança na divisão da massa de mais-valia produzida no setor, gerando uma mais-valia extraordinária para o capitalista (C1).

O mesmo processo apresentado acima ocorre quando é ampliado para o comércio mundial, uma vez que os países dependentes apresentam um baixo padrão tecnológico, pautando-se ainda na mais-valia absoluta, e os já industrializados expõem uma elevada produtividade do trabalho, que possibilita a extração de mais-valia sob forma relativa. Essa diferença tecnológica permite que o valor (mais-valia), produzido na América Latina, seja deslocado e incorporado na Europa. Dadas as distintas composições orgânicas do capital, aqui entendidas como a relação existente entre capital constante e capital variável (MARINI, p. 26, 1979), estabeleciam-se entre os dois continentes relações desiguais no comércio internacional. Para Marini,

(...) o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações menos favorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, p.152, [1973] 2005)

Nesse processo de transferência de valor, através das relações entre países no mercado mundial, os que acabam por exportar seu excedente buscam repor esta perda de valor. Impossibilitados de reaver este valor dentro das relações de troca pelos motivos até aqui expostos, recorrem a um *mecanismo de compensação*: a busca por aumentar o valor produzido. E, para isso, os capitalistas dos países dependentes recorrem necessariamente a uma maior exploração da força de trabalho. Marini vê essa superexploração como a alternativa que possibilitou à América Latina a aumentar a oferta mundial de matérias-primas e alimentos, mesmo com a deterioração dos termos de troca. Em suas palavras, “a superexploração apesar de estar diretamente ligada ao intercâmbio desigual, não tem origem neste, mas sim na ‘febre de lucro que cria o mercado mundial’” (MARINI, p.177, 2000).

Para além do processo de troca entre as nações, deve-se atentar que este valor exportado pelo intercâmbio desigual é, na verdade, a apropriação de parte da mais-valia gerada no interior da economia dependente.

Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribui para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. (MARINI, p. 154, [1973] 2005)

Segundo Carcanholo (2008), Marini demonstra o caráter contraditório da dependência latino-americana, apontando o recrudescimento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores – consequências da superexploração da força de trabalho – como características intrínsecas da economia dependente, que possibilitaram o desenvolvimento dos países industrializados. Marini aponta que a própria lógica da acumulação de capital em escala mundial gera desenvolvimento e subdesenvolvimento, e que estes são processos concomitantes e antagônicos, porém complementares. Ou, em suas palavras: “o subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; nesse sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo.” (MARINI, p. 88, 1992)

Marini apresenta a superexploração como mecanismo de compensação das nações dependentes devido “(...) aos mecanismos estruturais de transferência do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais.” (apud CARCANHOLO, p. 81, 2013). Segundo o próprio autor:

(...) em condições de intercâmbio marcadas por uma clara superioridade tecnológica dos países avançados, as economias dependentes deveriam lançar mão de um *mecanismo de compensação* que, permitindo aumentar a massa de valor e de mais-valia realizada, assim como de sua taxa, se contrapusesse, pelo menos parcialmente, às perdas de mais-valia a que tinha que se sujeitar; esse mecanismo foi a superexploração do trabalho. (MARINI, p. 176, [1978] 2000)

Assim, dadas as condições desfavoráveis dos países dependentes no mercado mundial, estes recorrem à superexploração da força de trabalho para contrarrestar a perda de mais-valia. Com isso, a categoria em questão não se refere, como será visto adiante, simplesmente ao rebaixamento do valor da força de trabalho ou ainda à maior intensificação e/ou prolongamento da jornada de trabalho. Estes são, antes, manifestações do fenômeno, ou seja, sua aparência e não sua essência. Essa não é uma questão meramente terminológica.

No livro *Subdesenvolvimento e revolução* (1969), há uma compilação de alguns textos que Marini escrevera durante os anos 1960. Neste livro Marini aborda, principalmente três aspectos: a integração da América Latina ao mercado mundial e o desenvolvimento capitalista no Brasil – entre as décadas de 1960 e 1970 – e os desafios impostos à esquerda revolucionária da época. Ao que nos interessa no presente trabalho, será apresentado como o autor trata a superexploração.

Na primeira parte do livro citado, Marini apresenta a superexploração como consequência das relações desiguais entre os países latino-americanos e os centrais. Para o autor, a economia dos países latino-americanos ao longo do século XIX e início do XX, ou seja as economias exportadoras, era caracterizada pela especialização em alguns produtos primários. As relações comerciais dos países latino-americanos com os centrais provocavam uma evasão de mais-valia via, principalmente, intercâmbio desigual. Segundo Marini,

As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o *princípio fundamental da economia subdesenvolvida* com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial. (MARINI, p.52, [1969] 2012 – Grifo nosso)

Apenas com a libertação formal dos países latino-americanos e o início do seu processo de industrialização que “(...) o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite.”. (MARINI, p.63, [1969] 2012) Marini aponta que, ao surgirem com um mercado externo amplo, capaz de absorver sua produção, a burguesia industrial dos países dependentes não precisava incluir os trabalhadores, também, enquanto consumidores. Isso implicou grande concentração de renda entre os proprietários dos meios de produção e a pauperização da maior parte do povo.

Marini afirma que o processo de industrialização nos países dependentes ocorre de forma diferente em relação aos centrais. Como foi apresentado anteriormente, o desenvolvimento da indústria no centro do capitalismo se deu através da regulamentação da exploração do trabalho, reduzindo a mais-valia absoluta e privilegiando a mais-valia relativa. Para isso, buscou-se baratear o valor da força de trabalho através, principalmente, da redução dos bens salário necessários para os trabalhadores. (MARINI, p. 172, [1969] 2012) Já nos países



dependentes, ocorre o oposto. Contando com uma ampla população relativa – ou, exército industrial de reserva – e com a importação de tecnologia poupadora de mão de obra, Marini ([1969] 2012) afirma que, aqui, privilegiara-se a mais-valia absoluta. Nas palavras do autor,

(...) a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário. Assim, o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta. (MARINI, p. 173, [1969] 2012)

Marini distingue duas formas de aumentar o grau de exploração dos trabalhadores: a primeira, típica das economias centrais, ao baratear os produtos necessários para a reprodução da força de trabalho diminui-se também o tempo de trabalho necessário. Com isso, aumenta-se o tempo de trabalho excedente sem remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor. A segunda forma seria aumentar o tempo de trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário. Dessa forma, o trabalhador teria sua força de trabalho remunerada abaixo de seu valor real.

A categoria superexploração encontrava-se em estágio embrionário, neste período, na América Latina, ainda ligada fortemente à mais-valia absoluta. Marini já a compreendia como consequência da integração da América Latina no mercado mundial, mas ainda não a apresentava claramente como um mecanismo de compensação devido à transferência de valor aos países centrais. Porém, em *Subdesenvolvimento e revolução*, o autor faz uma importante ressalva: ele aponta que a superexploração não é somente uma maior exploração da força de trabalho, tema que abordará com mais detalhes em *Dialética da dependência* (1973).

“No entanto, o maior grau de exploração pode corresponder a uma diminuição real do trabalho necessário, isto é, pode ser alcançado sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo do seu valor, ou pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir o valor de sua força de trabalho – que é, em outras palavras, o tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para sua subsistência. Neste último caso, a força de trabalho estará sendo remunerada a um preço inferior a seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. Ambos os casos são radicalmente diferentes entre si.” (MARINI, p. 173-174 [1969], 2012)

Marini (1973) afirma que o capitalismo dependente é um capitalismo *sui generis* e apresenta, claramente, a superexploração como *mecanismo de*

*compensação*, devido ao intercâmbio desigual. Com uma composição orgânica média do capital mais elevada, através do intercâmbio desigual de mercadorias com nações que possuem menor composição orgânica do capital, os países industriais obtêm um lucro extraordinário.

Frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados, seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. (...) O que importa assinalar aqui é que, para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. (MARINI, p.152-153, [1973] 2005)

Marini não desconhece o fato de que o objetivo dos capitalistas é a maximização dos lucros, o que já seria motivo suficiente para que estes buscassem a maior exploração dos trabalhadores. O problema, para ele, nem é tanto a transferência de valor (mais-valia) que a troca desigual implica, mas sim a reação em cadeia que ela acarreta para a economia dependente. Incapazes de frear essa perda de mais-valia pelos mecanismos próprios do mercado, através do aumento da produtividade, os capitalistas dos países dependentes buscam compensá-la com uma maior exploração dos trabalhadores. Para Marini (p. 154-155, [1973] 2005), a superexploração consistia em três mecanismos:

- I. prolongação da jornada de trabalho;
- II. aumento da intensidade do trabalho;
- III. pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor, o que implica a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista.

Cabe destacar aqui dois fatores, o primeiro é que a situação de dependência impõe aos países uma perda de mais-valia no comércio internacional e, esta perda, implica que algo seja feito para compensá-la. E o segundo é que o *artifício* escolhido para isso foi a superexploração da força de trabalho. É este *mecanismo monstruoso* o fundamento deste capitalismo dependente, que faz dele um capitalismo *sui generis*. Marini cunha um novo conceito para se referir exatamente a este fenômeno: a perda de capital x mecanismo de compensação. A este mecanismo de compensação Marini atribui a categoria superexploração, caracterizando-a pela prolongação da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e

pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor. Estes são, antes, a manifestação do fenômeno.

Marini teve a oportunidade não só de vivenciar, mas também de analisar o processo mundial iniciado na década de 1980, a globalização, responsável, nas palavras do autor,

“(...) pela superação progressiva das fronteiras nacionais do marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país.” (MARINI, p. 269, 1992)

Quatro aspectos chamam a atenção de Marini (1992) para configurar a importância da globalização como fase de transição histórica mundial:

a) A magnitude da população envolvida no processo. Marini lembra que nenhum fenômeno histórico anterior chegou a atingir um bilhão de pessoas. A globalização, à época (1992), já envolvia 6 bilhões de pessoas em todos os continentes (Marini ressalva que algumas populações, especialmente na África, Ásia e em partes da América Latina, ainda estavam à margem do processo).

b) A aceleração do tempo histórico. O imobilismo das antigas sociedades agrárias evolui para a difusão em grande escala da indústria manufatureira e a generalização do processo de urbanização que já havia iniciado na década de 1920 e praticamente eleva a URSS, por exemplo, à posição de uma superpotência, além de colocar os países latino-americanos de maior desenvolvimento relativo no rol das economias mais industrializadas e urbanas do mundo.

c) A profundidade e a rapidez com que evoluem essas transformações. Neste ponto, Marini vislumbra com absoluta clareza a revolução que está operando em termos de comunicação (ininterrupta e imediata) e que abrangerá, inquestionavelmente, todos os setores sócio-político-econômicos do mundo inteiro.

E em quê isso poderia contribuir para o questionamento de Marini a respeito da superexploração como característica intrínseca dos países dependentes? Pode-se iniciar pela concepção histórica do autor do quão selvagem e evolutiva a superexploração pode se transformar – e se transformou – ao longo das crises econômicas do século XX.

Em economia, as grandes mudanças são fruto de calamidades naturais ou sociais. A guerra, claro. As calamidades, também. O capitalismo acrescentou uma que lhe é peculiar: as crises periódicas. Em qualquer de suas formas essas catástrofes provocam a centralização dos meios de trabalho, eliminando de passagem os menos eficientes e reduzem a força de trabalho mediante a destruição ou a expulsão das atividades produtivas, ao mesmo tempo que promovem o emprego mais intensivo e/ou extensivo da fração trabalhadora que permanece em atividade. Tende a aumentar, em consequência, a parte do ingresso que corresponde aos proprietários de meios de produção, o que em princípio favorece a elevação da taxa de investimento (ainda que também o consumo suntuário e a especulação), assim como a concentrar a produção em grandes unidades econômicas, o que agudiza a competição e incentiva a introdução de inovações técnicas. (MARINI, p. 275-276, 1992)

À época em que Marini redigia seus últimos textos, só lhe era possível fazer referência às três grandes recessões vividas pelos países industrializados (1974-75, 1980-82 e 1990-94). De modo geral, essas crises foram resultantes da alta dos preços do petróleo e que geraram numa grande onda de compras e fusões de ativos, além de acordos tecnológicos, que deram origem ao mecanismo de terceirização, que Marini registra como “(...) uma centralização selvagem, como a que se estão formando as massas de recursos requeridos para promover o desenvolvimento das novas tecnologias e melhorar assim as condições de competitividade” (MARINI, p. 276, 1992). E essa situação implicou, certamente, grandes mudanças tanto nos níveis de emprego e de remuneração, como na gestão do capital e da força de trabalho.

Não é difícil concluir o quanto o novo contexto econômico fez sucumbir a força sindical em todo o mundo, aumentando exponencialmente a força das empresas, seja pela massiva opção pela terceirização – que permite a demissão de funcionários para sua posterior recontração como pequenos empresários, sem os direitos sociais obtidos em duras batalhas sindicais –, seja pela flexibilização, que força o empregado, diante de um cenário desfavorável de emprego, a aceitar condições de superexploração da força de trabalho, que vão desde o posto de trabalho, salário e, não raro, atingem a jornada de trabalho, tanto na duração, quanto na intensidade (MARINI, p. 279, 1992).

As mudanças, no entanto, não param por aqui. A revolução tecnológica que evoluiu durante todo o século XX e teve seu ápice no final dos anos 1990, além de reduzir drasticamente os postos de trabalho, facilitou a difusão da indústria manufatureira, que pôde, assim, transferir-se sem grande ônus para os países com

taxas salariais mais baixas e manter ou aumentar suas taxas de lucro. Essa situação implica uma nova divisão internacional do trabalho,

“(...) que operaria *ao nível da própria força de trabalho* e não, como antes, através da posição ocupada no mercado mundial pela economia nacional onde o trabalhador atua. Tratar-se-ia agora da participação do trabalhador num verdadeiro exército industrial globalizado em processo de constituição, em função do grau de educação, cultura e qualificação produtiva de cada um.” (MARINI, p. 281, 1992)

Ora, se a revolução tecnológica praticamente viabilizou a descentralização industrial para os países dependentes, seria de se supor que estes últimos poderiam se beneficiar da situação, estando praticamente encaminhado o seu desenvolvimento. Mas isso, definitivamente, não aconteceu. Ao contrário, como afirma Marini, o que se observa é que os países desenvolvidos conservam dois trunfos indispensáveis à nova divisão internacional do trabalho.

O primeiro é a inquestionável superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, para a qual Marini cunhou o termo monopólio tecnológico, que só faz agravar a situação dos países dependentes. O segundo é o “(...) *controle que exercem* [os países desenvolvidos] *na transferência de atividades industriais* sobre países atrasados” (MARINI, p. 282, 1992), resultado do controle tecnológico e da capacidade de investimento.

Esta, por certo, a mais importante constatação de Marini a respeito do resultado de todo o contexto até aqui apresentado: a capacidade tecnológica transfere aos países atrasados as indústrias menos intensivas em termos de conhecimento. Além disso, a capacidade de investimento facilita a dispersão da atividade industrial, não só entre várias nações, mas em diferentes etapas, de maneira a impedir o surgimento de economias nacionalmente integradas. Ou seja, o desenvolvimento industrial, por si só, não representará o passo à frente rumo ao pleno desenvolvimento existente nos países centrais.

Vê-se, claramente, um agravamento das relações de dependência, agora, elegendo graus de qualificação muito superiores àqueles do século XIX e que parecem insuperáveis em vista do enorme atraso da educação nos países dependentes. Tendo em vista este processo de globalização, Marini afirma que a

superexploração generaliza-se para todo o sistema capitalista, corroborando a vigência da lei de valor.

Em seus últimos escritos, Marini privilegiou as manifestações do fenômeno da superexploração (maior exploração da força de trabalho e/ou remuneração abaixo de seu valor) em detrimento de sua essência (mecanismos de compensação). Ele considerava, corretamente, a globalização como um processo ainda em marcha e que demandaria a criação, por parte dos trabalhadores, de novos mecanismos para enfrentar o cenário que o próprio capital estava criando. Muitos autores viram, nesse novo enfrentamento teórico de Marini, uma possível negação ou questionamento de todo o arcabouço teórico que ele construiu ao longo de sua vida, mas, a verdade é que Marini não teve tempo de desenvolver essa questão de forma conclusiva.

## Que Força é Essa

Sérgio Godinho

Vi-te a trabalhar o dia inteiro  
 construir as cidades pr'ós outros  
 carregar pedras, desperdiçar  
 muita força p'ra pouco dinheiro  
 Vi-te a trabalhar o dia inteiro  
 Muita força p'ra pouco dinheiro

Que força é essa  
 que força é essa  
 que trazes nos braços  
 que só te serve para obedecer  
 que só te manda obedecer  
 Que força é essa, amigo  
 que força é essa, amigo  
 que te põe de bem com outros  
 e de mal contigo  
 Que força é essa, amigo  
 Que força é essa, amigo  
 Que força é essa, amigo

Não me digas que não me compr'endes  
 quando os dias se tornam azedos  
 não me digas que nunca sentiste  
 uma força a crescer-te nos dedos  
 e uma raiva a nascer-te nos dentes  
 Não me digas que não me compr'endes

(Que força...)

(Vi-te a trabalhar...)

Que força é essa  
 que força é essa  
 que trazes nos braços  
 que só te serve para obedecer  
 que só te manda obedecer  
 Que força é essa, amigo  
 que força é essa, amigo  
 que te põe de bem com outros  
 e de mal contigo  
 Que força é essa, amigo  
 Que força é essa, amigo  
 Que força é essa, amigo  
 Que força é essa, amigo

### **3 O debate atual em torno da superexploração da força de trabalho**

Na última década, pôde-se notar a retomada do interesse pelas obras de Marini, fato que suscita um debate a respeito de suas categorias, como a superexploração da força de trabalho. Esse questionamento tem origem com o próprio Marini, que, após inúmeros estudos afirmando a existência de leis próprias do capitalismo dependente e a especificidade da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação específico também do capitalismo dependente, em um de seus últimos textos, passou a questionar essa especificidade ou, como acreditam alguns autores, até a negá-la, colocando em jogo a validade de sua teoria.

A discussão sobre o legado de Marini não é uniforme nem linear, mas multifacetada. Para analisá-la, é preciso, antes, retomar os pressupostos básicos do autor a respeito da TMD e da superexploração da força de trabalho, o que foi exposto literalmente nos capítulos anteriores.

A partir da análise da obra de Marini, entendemos dependência – e, por consequência, o subdesenvolvimento – como parte intrínseca ao capitalismo, um fenômeno, como já foi dito anteriormente, permanente e estrutural dentro dos marcos do capitalismo, mesmo não ocorrendo sempre da mesma forma, o que nos leva a inferir a existência de especificidades que contaminam a maneira como o capitalismo se desenvolve em determinadas regiões. Dessa maneira, existindo o capitalismo, existirá sempre países centrais e periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos ou, segundo Marini, dependentes e imperialistas. Com isso, o autor não afirma uma estagnação das economias dependentes, mas sim que as relações impostas pela divisão internacional do trabalho impõem fortes barreiras ao seu desenvolvimento e, mesmo quando houver crescimento econômico, este não acabará com o subdesenvolvimento e ainda será pautado pela superexploração da força de trabalho. A partir desse ideário, tem-se que não existem países ditos subdesenvolvidos a caminho do desenvolvimento e que apenas o corte revolucionário (socialista) seria capaz de romper com o subdesenvolvimento e criar outra realidade para os países dependentes.



Quanto à superexploração da força de trabalho, que para Marini é princípio fundamental dentro das economias dependentes, é preciso contextualizá-la ainda no que ela implica relativamente a baixos salários, pobreza, analfabetismo, subnutrição, desigualdade social e repressão policial. O círculo vicioso se fecha sempre, ainda que nunca deixe de fazer brilhar a eterna luz da ilusão desenvolvimentista no fim do túnel. Como apresentaremos adiante, entendemos a superexploração enquanto *mecanismo de compensação*, dado a posição subordinada dos países dependentes e tudo o que ela implica. Tome, principalmente, que a superexploração da força de trabalho é *fundamento* da TMD, não podendo subsistir, portanto, uma sem a outra.

Aceitos estes pressupostos como balizadores do arcabouço teórico de Marini, tem-se como inegável o empenho com que alguns autores vem analisando sua obra, com destaque para a superexploração da força de trabalho, gerando praticamente uma disputa sobre a verdadeira concepção ou necessidade do termo. Se, de um lado, há quase um consenso sobre a TMD, o mesmo não ocorre quanto à utilização da superexploração da força de trabalho como especificidade do capitalismo dependente. E sustentamos, conforme Carcanholo (2013) e Amaral & Duarte (2013), que há especificidades no capitalismo dependente e por isso há a necessidade de uma nova categoria. O contrário disso, a negação de sua especificidade, coloca em dúvida todo o arcabouço teórico da TMD, no geral, e de Marini, em particular.

Como mencionado no início do capítulo, não pode-se afirmar que há apenas autores que se posicionam contra ou a favor da teoria de Marini. No entanto, a presente dissertação irá dividir arbitrariamente os autores protagonistas deste debate em dois grupos, expostos a seguir. O objetivo é evidenciar um equívoco de interpretação ao não entender a superexploração da força de trabalho como intrínseca ao capitalismo dependente, apresentando uma crítica marinista ao próprio Marini.

- a) O primeiro grupo é composto pelos autores que defendem a afirmação de que a superexploração da força de trabalho pode expandir-se para todo o mundo, seguindo Marini (1992). Esses autores interpretam a superexploração, no limite, como a remuneração da força de trabalho abaixo de seu real valor, sugerindo que ela pode aparecer nos países centrais apenas em tempos de crise, conjunturalmente, enquanto permanece estrutural nos países

dependentes. Além daqueles que criticam a validade teórica da categoria, afirmando que os escritos de Marx são suficientes para explicar a exploração da força de trabalho nos países dependentes e não concebem a superexploração como mecanismo de compensação, mas apenas como um aumento da exploração dos trabalhadores em geral. Entre os autores, pode-se citar Jaime Osorio, um dos principais intérpretes de Marini, Niemeyer Almeida Filho, Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral.

- b) O segundo grupo compreende os autores que fazem amplo uso das teorias de Marini com o principal objetivo de delimitar e prognosticar os problemas enfrentados no século XXI, afirmando a existência, sim, de especificidades no funcionamento do capitalismo, o que requer uma nova teoria, com novas categorias. Para esses autores (apresentados adiante), negar essa concepção resultaria, em última análise, na recusa da TMD. Eles ainda criticam a posição de Marini em seus últimos escritos, alegando que o autor confunde a superexploração com as formas utilizadas para elevar o grau de exploração da força de trabalho. E definem a superexploração como mecanismo de compensação devido ao êxodo de mais-valia gerada nos países dependentes, porém realizada nos países imperialistas. Esses autores diferenciam a categoria superexploração das suas formas de obtê-la. Entre os autores, pode-se citar Marisa Silva Amaral, Marcelo Dias Carcanholo, Lucas Henrique Evangelista Duarte e Mathias Seibel Luce.

É sobre a maneira como esses autores se movimentam no resgate das teorias de Marini que este capítulo irá se debruçar.

### **3.1 A possível disseminação da superexploração da força de trabalho**

Entre os autores que corroboram com as teses de Marini, inclusive a que repensa a superexploração da força de trabalho como passível de ocorrer também nas economias centrais, estão, sem dúvida, Jaime Osorio, Niemeyer Almeida Filho, Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral.

Osorio é um dos principais estudiosos da TMD e, também, do legado de Marini. Mas cabe aqui indicar um caminho curioso traçado pelo autor no que se refere, especificamente, ao debate em torno da superexploração. Osorio (2013) afirma que

“(...) la categoría de superexplotación es la piedra angular para comprender la especificidad del capitalismo latinoamericano en tanto da cuenta de las formas particulares en que se asienta la producción de plusvalía, cómo es explotada la fuerza de trabajo y las tendencias que de ello se derivan en el plano de la circulación y distribución.” (OSORIO, 1984, p.16)

E, no mesmo texto, ao tratar das principais contribuições de Marini que permitem afirmar a existência de uma verdadeira TMD, define a superexploração – assim como Amaral e Carcanholo –, “(...) *como mecanismo de compensación de esta exacción, el capital latino-americano redobla la explotación de los trabajadores con el fin de incrementar la masa de valor; esto genera una superexplotación de los trabajadores*” (OSORIO, 1984, p.14)

Poderíamos inferir das passagens acima, que Osorio (1984) concorda com Carcanholo (2013) sobre a existência de especificidades no capitalismo dependente e do papel fundamental que a superexploração da força de trabalho desempenha nesses países. Porém, o autor, em suas recentes contribuições, toma caminho oposto. No texto *Fundamentos da superexploração* (2013), Osorio afirma que a superexploração é uma “forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado” (p.49), não importando os mecanismos utilizados para tanto. Acrescente-se sua total concordância com a afirmação de Marini, de que a superexploração é fundamento da dependência.

Osorio destaca que a superexploração implica a remuneração (salário) do trabalhador abaixo de seu valor real e que a liberdade do trabalhador é apresentada como seu contrário: escravidão e sujeição ao despotismo do capital (OSORIO, p. 53, 2013).

O autor adentra o debate sobre as questões relativas à superexploração, relacionando as críticas e as confusões mais significativas feitas a ela, como:

- Uma teoria centrada na violação do valor do trabalho não poderia ter consistência, nem se assumir como marxista, dado que Marx fundamenta a exploração no capitalismo com base no respeito do valor da força de trabalho.
- A superexploração tem sentido, somente, se orientada para as antigas formas de exploração, uma vez que o capitalismo industrial tende a se sustentar na produção da mais-valia absoluta. Nesse caso, alega-se que a superexploração “carece de importância teórica”, ainda que carregue “importância histórica”.
- A observação do comportamento dos preços bastaria para que preço e valor da força de trabalho acabem coincidindo.
- A incorporação de mulheres, adolescentes e crianças no mercado de trabalho deprecia o valor da força de trabalho, com evidentes consequências no aumento da exploração e da superexploração.
- A superexploração é um mecanismo de compensação que se coloca frente às transferências de valor das economias dependentes para as economias centrais, mas esse mecanismo não pode ser confundido com as formas de aumentar a taxa de mais-valia. Nessa perspectiva, segundo Osorio, ficam claras a indeterminação da superexploração e sua assimilação como mera exploração agudizada.

Além de relacionar essas distorções do pensamento de Marini, Osorio (2013) chega ao extremo ao afirmar que a teoria de Marini, contida em *Dialética da dependência*, talvez seja a mais ambiciosa e acabada obra sobre o capitalismo dependente. Segundo ele, não pode-se assumir na “Dialética da dependência” os mesmos pressupostos de *O Capital*, já que Marini busca explicar um capitalismo mais concreto e específico, isto é, “uma forma da negatividade do desenvolvimento do capitalismo, em que a superexploração é agora a noção articuladora e definidora desta forma de reprodução capitalista.” (OSORIO, p. 58, 2013).

Diferentemente de outros autores aqui apresentados, e de certa forma, contrariando suas próprias contribuições anteriores, Osorio considera uma confusão o entendimento da superexploração como mecanismo de compensação diante da transferência de valores ao mundo central e que, por isso, deveria ser diferenciada

das formas destinadas a gerar mais-valia, já que tais formas são gerais e inerentes a qualquer modalidade de capitalismo, desvirtuando a sua particularidade (OSORIO, p. 62, 2013).

Para Osorio, tal entendimento contém problemas e confusões, como a indeterminação da superexploração uma vez que, para o autor, antes de dizer que a superexploração é um mecanismo de compensação, antes, deve-se esclarecer no que consiste tal mecanismo, o que não está posto. Osorio alega que, ao assumir que a superexploração é uma forma particular de exploração a qual viola o valor da força de trabalho, podendo ser ele (o valor) diário ou total, a confusão pode se dissipar. (p. 63, 2013)

Está claro, para o autor, que há uma especificidade no capitalismo desenvolvido nas economias dependentes da América Latina, que vem do fato de,

“Mais que tentar compensar as transferências de valor através da elevação da produtividade, o capital nesta parte do mundo compensará tais fluxos de valor pelo aumento da superexploração, elevando dessa forma a produção de valor, seja mediante a apropriação do fundo de consumo do trabalhador para convertê-lo em fundo de acumulação de capital, seja mediante a manutenção de extensas ou intensas jornadas de trabalho.” (OSORIO, p. 65, 2013)

Trata-se, para ele, de um capitalismo em que não está privilegiado o consumo dos trabalhadores, em detrimento da própria economia local, o que está posto historicamente desde o pós-guerra, quando, em aliança com o capital estrangeiro, acreditou-se na geração de uma estrutura produtiva tendente a se afastar das necessidades dos trabalhadores.

Quanto ao enfrentamento da questão da possibilidade de espraio da superexploração da força de trabalho para as economias centrais, Osorio trabalha com a seguinte lógica:

“Se existem regiões e economias onde a superexploração constitui o fundamento da reprodução do capital, isso não significa que a superexploração não se faça presente em todo o sistema mundial capitalista. A civilização capitalista tem seu correlato de barbárie no próprio interior dos países imperialistas. O mesmo ocorre com a riqueza e sua expressão na pobreza. Ou então com o exército de trabalhadores ativos e os subempregados, desempregados e *paupers*. E se dá igualmente no capitalismo dependente: existem ilhotas civilizatórias e de riqueza; não há apenas barbárie, pobreza, desempregados e subempregados.” (OSORIO, p. 67, 2013)

Na mesma linha de raciocínio, ele afirma que a assunção de tal realidade não implica concluir que o sistema mundial seja atualmente uma “mistura”, nem que as relações constituintes dos diversos capitalismos sejam uma questão “de grau”, “mas sim formas diferenciadas de reprodução do capital, como diferenciadas são as apropriações de valor de algumas economias em detrimento de outras” (OSORIO, p. 68, 2013).

O diferencial apontado por Osorio, no entanto, entre a superexploração das economias desenvolvidas e periféricas, está em que, nas primeiras, a superexploração se apresenta apenas em tempos de crise e com maiores e melhores possibilidades de aposentadoria para os trabalhadores. Neste caso, entende-se que trabalhadores são vistos e tratados como produtores e consumidores. Nas economias periféricas, no entanto, em que a situação é estrutural, a reprodução do capital cria estruturas produtivas que desconsideram as necessidades presentes e futuras dos trabalhadores, importando como geradores, mas não como realizadores da mais-valia.

Para Osorio, a questão não é afirmar a universalidade ou não da superexploração, mas sim captar e apresentar o papel diferenciado desta nos países imperialistas e dependentes.

Almeida Filho é outro importante autor deste debate. No caso específico da superexploração, por exemplo, Almeida Filho (2013) é capaz de distingui-la mesmo nos primórdios do capitalismo industrial inglês no século XIX, seja pelos salários sistematicamente abaixo do custo da reprodução da força de trabalho, seja pelo paroxismo da jornada de trabalho.

Nas economias periféricas e, em especial, nas latino-americanas, no entanto, o autor afirma constituir-se a superexploração em categoria, gerando elementos de limitação dentro da escala de acumulação de capital, pela recorrente concentração de renda e riqueza. A associação entre superexploração e concentração de riqueza é, para o autor, um adendo à natureza *sui generis* do capitalismo periférico.

Almeida Filho (2013) enfatiza os diferentes contextos históricos nos quais foram escritos *O Capital* e a obra de Marini, sublinhando o fato de o segundo ter vivido a época em que floresciam as ditaduras militares latino-americanas. Esse

contexto dá uma dimensão política ao debate sobre o capitalismo nessa região, ao que Almeida Filho soma o fato de Marini ter sido um militante de esquerda com consciente opção pela luta política de transformação social.

É questionável se Almeida Filho acerta o foco ao afirmar que

“Não parece ser inapropriado chamar de superexploração a extrapolação dos limites à produção de mais-valia dados pela jornada e pelo custo de reprodução da força de trabalho. Entretanto, é preciso ter sempre presente que aí está sendo dada uma conotação distinta daquela utilizada por Marx.” (ALMEIDA FILHO, p. 172, 2013)

Poder-se-ia afirmar que há, aqui, uma confusão entre superexploração e as formas de obtê-la, ou se não está havendo uma confusão entre superexploração e mais exploração, um debate sempre possível quando se coloca o termo, como quer Almeida Filho, em perspectiva histórica. De qualquer forma, o autor reafirma seu pensamento:

“A condição de superexploração está registrada historicamente em diferentes contextos históricos e formações sociais. Porém, na América Latina, esta condição não só esteve presente, como também se reproduziu, ganhando o sentido de especificidade. As razões estão colocadas em passagens dos textos de Marini já transcritas, relacionadas às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra.” (ALMEIDA FILHO, p. 173, 2013)

Um dos fatores que agrega valor à retomada das teorias de Marini está posto por Almeida Filho em um trecho no qual afirma que discussão ocorrida nas décadas de 1970 e 1980 foi eminentemente política, seja pela desqualificação das teorias de Marini empreendida por José Serra e Fernando Henrique Cardoso, seja pela interdição da leitura de seus textos nos programas de graduação e pós-graduação.

Para Almeida Filho (2013), a luta de classes tem papel primordial na tentativa de captar o caráter extraordinário do processo de concentração de renda e riqueza, no Brasil e na América Latina, por isso é indispensável a compreensão da obra de Marini, que elegeu a superexploração da força de trabalho como especificidade do desenvolvimento brasileiro e latino-americano.

No texto *Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini*, Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral (2012) afirmam que Marini chama de superexploração o

“resultado do emprego conjunto dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora pelo capital analisados por Marx. Ou seja, quando tais

mecanismos são aplicados individualmente ou de forma combinada (com bem menor peso para o mecanismo da produtividade do trabalho), resultam na remuneração da força de trabalho abaixo do valor desta (...) (NASCIMENTO et al., p. 17, 2012)

Os autores afirmam que as diferenças na produtividade do trabalho entre a América Latina e os países centrais, que refletem diferentes composições orgânicas de capital, fazem com que a mais-valia latino-americana seja apropriada pelos países centrais. Para compensar essa troca desigual, os capitalistas da América Latina recorreriam aos mecanismos de exploração da força de trabalho para gerar algum grau de acumulação também nos países periféricos.

Nascimento et al. (2012) afirmam também que o que Marini chama de superexploração é o mesmo que Marx chama de exploração, e que a possibilidade de haver diferença no grau de exploração da força de trabalho pelos capitalistas latino-americanos não pode justificar a criação de um novo termo, pois todos os grupos capitalistas se apropriam dos métodos dos mecanismos do trabalho não pago no esforço de sobreviver à concorrência com seus pares (p. 18, 2012). Porém, como demonstramos ao longo deste trabalho, não podemos destacar apenas as formas de obter a superexploração, pois isso daria razão a estas críticas de Nascimento et al. (2012). A complexidade e a inovação de Marini estão em apresentar a superexploração, justamente, não apenas como maior exploração dos trabalhadores, mas sim como consequência da dependência e seus efeitos. Os autores, ao nosso ver, percorrem caminho interessante ao realizarem vasta comparação entre as contribuições de Marx e Marini, porém incorrem em um erro. Os objetos de ambos, Marx e Marini, eram diversos. Enquanto o primeiro estava preocupado com as leis gerais do capitalismo em um grau elevado de abstração, Marini tinha seus olhos voltados para o continente latino-americano e seus escritos tinham um grau de abstração menos elevado. Marini tinha como objetivo captar o movimento do capital nas sociedades dependentes, empreitada que Marx nunca se proporia.

Ao final do texto Nascimento et al. (2012) realizam uma sequência de perguntas que questionam a teoria de superexploração, deixando um espaço aberto para o debate acerca da validade das teorias de Marini:



Que implicações práticas teria a opção metodológica de Marini, que parte de uma particularidade ao invés de partir da totalidade? Uma das consequências práticas da teoria de Marini não seria, por exemplo, a criação de uma tendência à busca de um programa específico para os trabalhadores da América Latina, um programa que se diferenciase, em sua essência, do programa dos trabalhadores dos países industrialmente mais avançados? Mesmo que não seja esta a sua intenção, a teoria da dependência de Marini não acabaria abrindo espaço para programas reformistas, como aquele baseado na busca por parte dos trabalhadores latino americanos de níveis salariais similares aos dos trabalhadores dos países industrialmente avançados? (Nascimento et al, p.122, 2013)

São questões interessantes que, em vez de depreciar o trabalho de Marini, impõem reflexões mais profundas sobre sua obra.

### **3.2 A especificidade da superexploração da força de trabalho**

Como foi apresentado, há autores que, apesar darem continuidade ao legado de Marini, não se furtam a fazer uma crítica ao autor. Isso porque, segundo Marisa Silva Amaral, Marcelo Dias Carcanholo, Lucas Evangelista e Mathias Seibel Luce, a forma como Marini passa a ver a superexploração em um de seus últimos textos pode por em risco seu arcabouço teórico, uma vez que, se o funcionamento do capitalismo dependente deixa de ser específico, assim como a superexploração, não haveria motivo para a existência de uma teoria própria sobre o capitalismo dependente.

Amaral e Carcanholo (2009) afirmam que “as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras”. Os autores também expõem que a geração de excedentes nos países periféricos não resulta da implantação de altos níveis de tecnologia, mas da superexploração da força de trabalho.

A respeito da discussão sobre a acumulação de capital em países periféricos, na qual destacam-se as profundas diferenças no contexto de um mercado de trabalho barato e uma tecnologia capital-intensiva, os autores concluem que o resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, representa uma violenta exploração da força de trabalho. Ainda que o processo de intercâmbio desigual não seja capaz de gerar estruturas suficientes para romper os mecanismos de transferência de valor. (AMARAL; CARCANHOLO, 2009)

Em total consonância com a teoria da superexploração da força de trabalho como especificidade do capitalismo periférico, Amaral & Carcanholo (2009) afirmam, no mesmo texto, que,

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini nos mostra que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia (aquilo que Marini chamou de “capitalismo sui generis”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos de troca, dentre outras -, não sendo, portanto, realizada internamente. (AMARAL; CARCANHOLO, p. 217, 2009)

Os autores lançam mão de uma elaborada exemplificação do funcionamento das concorrências intra e intersetorial, que não vem ao caso discutir no presente trabalho, para, ao final, concluir que o valor produzido pelas economias periféricas não será internamente acumulado, mas sempre transferido para os países do centro.

Objetivamente, o que ocorre é que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menos avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais. Com isto, parece-nos irrevogável a visão de dependência desenvolvida por Marini (2000), como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro. (AMARAL; CARCANHOLO, p. 220, 2009)

Ainda que não fosse esse o objetivo, os autores fazem uma contundente negação da teoria de Marini, de que a superexploração da força de trabalho pode ser irradiada para quaisquer partes do planeta, ao afirmarem que “(...) temos que a superexploração da força de trabalho é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país” (AMARAL; CARCANHOLO, p. 222, 2009). Assim como os autores mencionados não negamos que haja violação do valor da força de trabalho nos países do centro, mas afirmamos que o que ocorre nos países centrais é antes uma exacerbação de uma das formas de se extrair mais mais-valia dos trabalhadores. Mas como vimos a superexploração não se resume unicamente a este aspecto, está sempre vinculada aos mecanismos de transferência de valor dos países dependentes rumo aos países centrais. (AMARAL & DUARTE, p. 14, 2013)

No texto *(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*, Carcanholo é ainda mais incisivo, alegando não ser uma casualidade histórica a retomada do debate acerca da TMD e da lógica de funcionamento do capitalismo mundial, uma vez que o mundo experimenta, desde meados de 1990, um “aguçamento da condição dependente das economias periféricas, em função da implementação intensa e massiva da estratégia neoliberal de desenvolvimento (...)” (CARCANHOLO, p. 71, 2013).

Carcanholo ressalta a necessidade do “resgate crítico”, ou da reavaliação da TMD, justamente no que diz respeito às economias dependentes, em específico as latino-americanas, na atual fase do capitalismo. Esse resgate crítico, segundo o autor, preveniria a ocorrência de equívocos como (i) o uso acrítico de categorias, conclusões e níveis de abstração, desrespeitando as especificidades do capitalismo e da dependência; e (ii) a exasperação e a mistificação dessas especificidades, o que levaria à total reformulação da teoria (CARCANHOLO, p. 71-72, 2013).

Nas palavras do autor:

“Este resgate crítico implica, portanto, o resgate das principais teses da teoria marxista da dependência: centro e periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; identificação dos condicionantes estruturais da dependência; necessidade de articulação dialética destes últimos com as distintas especificidades conjunturais; e centralidade da superexploração da força de trabalho. Estas teses se articulam com as especificidades históricas do capitalismo contemporâneo.” (CARCANHOLO, p. 72, 2009)

Ao introduzir a discussão sobre superexploração da força de trabalho, Carcanholo assinala que Marx jamais utilizou tal termo, fato que levou ao uso incorreto que alguns estudiosos fazem dele, como sinônimo de maior exploração, ou elevação da taxa de mais-valia. Carcanholo afirma que não foi essa a conotação errônea dada por Marini à superexploração da força de trabalho.

Para corroborar seu entendimento da superexploração da força de trabalho, Carcanholo parte para uma minuciosa explicação dos termos mais-valia e exploração em Marx, da qual será utilizada de maneira resumida. Para Marx, a mais-valia é “(...) a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (apud CARCANHOLO, p. 73, 2013). Já o termo “exploração” não poderia ser entendido numa concepção moralista, como uso

indevido, cruel ou injustificado. Na exata interpretação de Marx, segundo Carcanholo, a exploração tem o amplo significado de utilizar, mais especificamente, de “consumir (realizar) o valor de uso”, satisfazendo as necessidades humanas (CARCANHOLO, 2009).

A partir dessas premissas, Carcanholo faz um importante arrazoado a respeito da categoria de superexploração por Marini:

“Entendido o significado de exploração em Marx, duas conclusões são importantes. Em primeiro lugar, superexploração, se significar apenas “mais exploração”, não tem maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumento da taxa de mais-valia. [...] mesmo não explicitando isso, deixando a questão até confusa em determinados momentos, não era este o entendimento da proposta original da teoria marxista da dependência; ao menos, não como proposto por Marini.” (CARCANHOLO, p. 75, 2013)

Àqueles que alegam ser Marx suficiente para o entendimento da superexploração da força de trabalho, Carcanholo afirma que, além de o termo não ter sido usado por Marx, a simples transposição do termo “exploração da força de trabalho” (este usado ele) para a análise do que é específico a uma economia dependente, redundaria no risco de tratar aspectos distintos (formas de manifestação e conteúdos) do capitalismo como se pertencessem ao mesmo nível de abstração (CARCANHOLO, p. 77, 2013).

Carcanholo define a superexploração, dentro da TMD e em plena sintonia com Marini, como “(...) o conjunto das situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho mediante a redução dos salários para patamar inferior ao valor da força de trabalho”. (CARCANHOLO, p. 77, 2013). Além disso, o autor considera uma tentativa equivocada tentar restringir-se ao que foi apontado por Marx em *O Capital*:

“A teoria marxista da dependência deve tomar como pressuposto as leis gerais do modo de produção capitalista conforme aquilo que foi apontado por Marx em *O capital*, mas não pode se restringir a isto, tratando aquela obra como se fosse um simples manual aplicável a todo e qualquer caso concreto. Aliás, proceder assim seria outra forma de exercer o idealismo conceitual mencionado anteriormente. Seria uma tentativa esdrúxula de construir uma teoria marxista da dependência sem Marx.” (CARCANHOLO, p. 79, 2013)

Se a superexploração da força de trabalho não pode ser encontrada em Marx, o problema está, então, segundo Carcanholo, em entendê-la como uma especificidade do capitalismo dependente. O autor entende que Marini trata de três seguintes mecanismos ao explicar o segredo da troca desigual no comércio mundial:

I. A lei do valor que, no plano da economia mundial, implicaria que as economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial produziram mais valor do que conseguem se apropriar.

II. Os países dependentes têm uma capacidade produtiva, em geral, abaixo dos países do centro/imperialistas. Como a mercadoria é vendida pelo preço médio e/ou de mercado, os países que possuem maior capacidade produtiva apropriam-se de mais valor do que produziram, por produzirem a mercadoria abaixo do valor de mercado.

III. Monopólio, ou seja, capacidade de manter, por tempo determinado, preços acima dos preços de produção de mercado.

“Esses três mecanismos – apenas no plano do comércio mundial, da troca desigual, nos termos de Marini – ajudam a entender um condicionante estrutural da dependência: a forma heterogênea de inserção na economia mundial, a qual já é possível de ser entendida apenas no plano da circulação de mercadorias. Economias centrais, com tendência de possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média do seu setor e de outros setores de produção, tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Esta condição estrutural obriga os capitalismos dependentes, para que possam se desenvolver e acumular capital, a compensar esta parcela da mais-valia que é transferida. Ou, como deixa claro Marini (2005<sup>a</sup>, p. 152), ‘frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação’” (CARCANHOLO, p. 83, 2013)

O mecanismo de compensação, para Carcanholo (p. 83, 2013), é a superexploração da força de trabalho, comprovando que:

- I. a superexploração é uma categoria distinta de outras do capitalismo;
- II. a superexploração é uma categoria específica da economia dependente.

A leitura do autor para o que seria a proposta teórica de Marini é que o mecanismo de compensação, que eleva a taxa de acumulação, é necessário nas economias dependentes, tendo em vista os condicionantes estruturais da dependência, que resultam em diferentes maneiras de transferência de valor,

produzidos nos países periféricos, para o ciclo de acumulação das economias centrais (CARCANHOLO, p. 85, 2013).

Já vimos, no início do presente capítulo, que existem autores que alegam, ou a irrelevância do debate sobre a superexploração da força de trabalho, ou desprezam as teorias de Marini, alegando ser Marx suficiente para explicar todos os fenômenos capitalistas, não importando a região em que eles ocorrem. Por esse motivo, é interessante notar a explicação dada por Carcanholo (2013) justamente no sentido oposto, ou seja, ao reafirmar as teorias de Marini, caminha na direção de criticar os que dela se desvencilham.

Segundo Carcanholo (p. 85, 2013), existem e sempre existiram “dois tipos de desvios nas análises marxistas sobre a questão da dependência na América Latina, no que se refere à repetida inadequação da teoria existente, frente aos aspectos concretos da realidade latino americana”.

O primeiro, segundo ele, advém da pretensão em substituir o fato concreto pelo conceito abstrato. Desse modo, se a teoria não se adequa à especificidade dos fatos, pior para os fatos ou, em outras palavras, não é possível trazer a ortodoxia marxista como se ela fosse sempre inteiramente adequada a todo e qualquer capitalismo, já que dessa atitude resultaria aceitar que:

- I. O *Capital* é um manual em cujo arcabouço teórico-conceitual toda sociedade capitalista deveria se encaixar.
- II. Marx foi capaz de preconceber um sistema lógico-conceitual no qual se encaixam todas as sociedades capitalistas.
- III. Aquilo que é uma teoria categorial em Marx, passa a ser aceito como sistema lógico-conceitual.
- IV. Não existe historicidade *no* capitalismo para além da historicidade *do* capitalismo.

O segundo desvio, segundo Carcanholo, advém de análises com um grau de criticidade sobre a realidade dependente, que o próprio Marini teria identificado ao atentar para a “adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (MARINI, *apud* CARCANHOLO, p. 86, 2013).

O próprio Carcanholo (2013) alerta para a mistificação da realidade dependente, decorrente da assunção desses desvios de análise que poderiam, por exemplo, contribuir para apagar especificidades dessa realidade. Ou, ao contrário, exasperá-las ao ponto de fazerem-na parecer absolutamente nova e requerer a criação de outra nova teoria.

Carcanholo, assim como Amaral, não recusa o enfrentamento direto da questão sobre a existência da superexploração da força de trabalho nas economias centrais. Para o autor, a busca por maneiras eficientes de elevar a taxa de mais-valia é própria do sistema capitalista, uma vez que disso resulta a permanência dos salários abaixo dos valores da força de trabalho. No entanto, a superexploração, no entendimento de Carcanholo (2013), é uma categoria específica do capitalismo dependente, justamente para compensar os condicionantes estruturais que definem a dependência.

“Se a especificidade das economias dependentes está na necessidade de responder aos distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação capitalista mundial com base na superexploração, esta, enquanto categoria, não poderia ser utilizada para entender a especificidade do capitalismo central.” (CARCANHOLO, p. 93, 2013)

Apesar de Luce não se propor a este debate, é interessante notar que o autor reconhece a necessidade do estabelecimento de um parâmetro comum sobre a superexploração, entre os estudiosos de Marini:

“(...) procura-se demonstrar a vigência da categoria da superexploração para a análise crítica das relações de produção no capitalismo brasileiro contemporâneo. Reconhecendo que, todavia, falta entre os seguidores da trilha de Marini estabelecer um parâmetro comum que permita operacionalizar essa categoria analítica para o estudo de conjunturas específicas, o texto pretende, à luz de análise concreta, deixar uma contribuição nesse sentido, sem a pretensão de resolver a questão. (LUCE, p. 145, 2013)

Luce afirma que a criação de uma nova categoria de análise no âmbito do marxismo, por Marini, deve-se ao nível de abstração que presidia o raciocínio de Marx, o que, de certa forma, não deixa de ser um tributo ao autor brasileiro.

Em *A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente* Luce (2013) destaca que a superexploração pode acontecer de quatro formas:

- I. Pela remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

- II. Pelo prolongamento da jornada de trabalho, com desgaste prematuro da integridade física e psíquica do trabalhador.
- III. Pelo aumento da intensidade do trabalho, que também gera desgaste da integridade física e psíquica, reduzindo o tempo de vida do trabalho e do trabalhador.
- IV. Pelo aumento do valor da força de trabalho sem a contrapartida do aumento da remuneração.

O autor ainda afirma que a superexploração deve ser entendida como

“(i) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; e (ii) que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital”. (LUCE, p. 147, 2013)

Uma das grandes qualidades que se deve mencionar a respeito de Luce é a predisposição para atualizar o arcabouço teórico de Marini, para a contemporaneidade. Prova disso é o último parágrafo do texto em evidência:

“Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000, isto não foi suficiente para alcançar o salário mínimo necessário, que é o indicador que expressa de maneira aproximada o valor da força de trabalho. Ao mesmo tempo, ao seguir submetida aos mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, aos ritmos de produção mais intensos e ao não ter reconhecida a atualização do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho no pagamento recebido pelo seu trabalho, a classe trabalhadora brasileira vive, na verdade, uma fase de aumento da superexploração no governo Lula, em cujos dois mandatos – mesmo que amortecendo algumas contradições – governou em favor dos interesses do capital. (LUCE, p. 162, 2013)

Luce baliza a afirmação acima, e todo seu texto, utilizando o salário mínimo necessário (R\$ 2.617,00 – para outubro de 2012) elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese), como base para auferir o valor da força de trabalho. Porém, apesar de bastante instigante, em seu texto aparecem apenas as formas para obter a superexploração, o que pode dar margem para afirmações como as de Osorio e Almeida Filho. Deve-se entender que o fato de não se propor a discutir sobre a superexploração ser uma categoria específica ou não do capitalismo dependente não quer dizer passar ao largo de Marini, a quem Luce evoca na exposição de suas ideias e pesquisas.



Conforme apresentado ao longo da presente dissertação Marini parte da divisão internacional do trabalho, para depois focar no modo como a América Latina é inserida nela e suas consequências para o continente. O capitalismo possui leis gerais de funcionamento, conforme descrevera Marx, mas ao colocar sua análise mais próxima da realidade histórico-concreta de alguns países, como os dependentes – em *Dialética da Dependência* (1969), por exemplo –, Marini desvela leis próprias de funcionamento. Não se trata de propor um *programa específico* aos trabalhadores da América Latina, mas justamente municiar estes de uma teoria que proporcione a real compreensão da realidade que os cerca. Na tentativa de, através do entendimento do funcionamento do capitalismo, tentar transformar a realidade. Nascimento et al. Os autores também propõem debates para além da teoria propriamente dita, quando questionam se superar a dependência significa transitar para a economia capitalista não dependente (o que, de certa forma, recoloca Marini em discussão, uma vez que ele não via isso como possibilidade) ou avançar para o socialismo. Neste ponto, e ainda que não encerrando ou respondendo à questão posta, os autores alinham Marx e Marini dentro de uma mesma compreensão revolucionária do processo de evolução socioeconômico mundial.

Dessa forma, o debate atual acerca da superexploração da força de trabalho abre diversas frentes para futuras pesquisas. Entendemos necessário apresentar a superexploração como mecanismo de compensação, ou seja, como resultado da condição subordinada dentro da divisão internacional do trabalho somada às condições internas dos países dependentes. Tarefa que Amaral & Carcanholo (2009) se propõem, mas ainda com grau de abstração elevado. Desvincular dependência e superexploração coloca em risco, como procuramos demonstrar, todo o arcabouço teórico de Marini.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Procuramos demonstrar no presente trabalho a importância da categoria superexploração da força de trabalho dentro do arcabouço teórico de Marini, em particular, e da TMD em geral. A categoria elaborada por Marini, na década de 1960, causa debates ainda no presente e sua utilização, assim como validade teórica, são questionadas por diferentes autores. Debate este motivado pela retomada da TMD na academia nos últimos dez anos.

Ruy Mauro Marini, assim como apresentamos no primeiro capítulo, elabora sua Teoria Marxista da Dependência (TMD) ao longo das décadas de 1960 e 1970 em meio ao debate com a Cepal e o marxismo ortodoxo do PCB. A Cepal, apesar de romper com o pensamento vigente da época, defendia a industrialização como alternativa para o fim do subdesenvolvimento. Como se bastasse um conjunto de medidas corretas, capitaneadas pelo Estado para rompê-lo. Apesar de afirmar que o subdesenvolvimento não era um estágio anterior ao desenvolvimento – uma inovação teórica na época – adotava o caminho percorrido, outrora, pelos países ditos desenvolvidos como modelo. Tomavam, assim, as relações capitalistas como pressuposto e não as problematizava.

O PCB, nesta época, ainda fortemente influenciado pelo marxismo ditado pela III Internacional, defendia a necessidade de realizar-se uma revolução burguesa como forma de difundir as relações capitalistas (avançadas) e, por fim, as relações pré-capitalistas (atrasadas) que impediam o desenvolvimento das forças produtivas. Afirmando a existência de resquícios do feudalismo, segundo o PCB, era ainda necessário romper com possíveis amarras do passado para se desenvolver o capitalismo. Neste caso, com uma leitura etapista da história, os comunistas do PCB também viam os caminhos trilhados pelos países centrais como modelo a ser seguido. E, em vez de criticar as relações capitalistas, as defendiam como necessidades históricas rumo ao socialismo.

Porém, a história tratou de negar os prognósticos tanto da Cepal como do PCB, mesmo com as altas taxas de crescimento apresentadas pelo Brasil ao longo dos anos 1960 e 1970, o país não fora capaz de romper com o subdesenvolvimento. O que, de certa forma, colocou em xeque as interpretações da Cepal e do PCB.

Pois, o relativo processo de industrialização e, logo, da disseminação das relações capitalistas no país fez com que continuasse a ser um país tido como subdesenvolvido. As contribuições de Marini visam, justamente, preencher este vazio teórico. Através de sua teoria, é possível compreender porque o país crescera economicamente, mas não se desenvolvera socialmente. O capitalismo dependente exacerba, segundo Marini, as relações de exploração do modo de produção capitalista. Em outras palavras, os países dependentes apresentam de forma aguda as consequências do capitalismo, como pobreza, analfabetismo, desigualdade social, violência, entre outras.

O que fica latente na bibliografia da época é que há uma especificidade no funcionamento do capitalismo dependente que não fora captada pelas teorias apresentadas anteriormente, baseadas em experiências históricas alhures. Mas por que as altas taxas de crescimento econômico não se traduziam em melhores condições de vida para as massas trabalhadoras? Ou ainda, por que os países – como Brasil, Argentina e México, apenas para citar alguns – que eram considerados na época países promissores não rompiam com a dependência? Para Marini, a resposta está na dependência e na superexploração da força de trabalho. A forma como os países dependentes adentram a divisão internacional do trabalho – em posição subordinada, ou inferior – e o papel que desempenham nesta, faz com que os países dependentes apresentem uma perda constante de capital. E também, contando com um mercado externo já estabelecido e mais amplo que o interno, passa a produzir – quase que – exclusivamente para exportação e acaba por não incluir os trabalhadores também como consumidores. O papel destes fica restrito à criação de mais-valia, apenas como fatores de produção e não de realização do capital. Mesmo a partir de 1950, quando inicia-se uma produção voltada para o mercado interno, não são as necessidades básicas dos trabalhadores que esta visa suprir, mas sim o consumo de luxo das camadas mais abastadas da sociedade.

O capitalismo dependente fez, e ainda faz, uso da superpopulação relativa de que dispõe, pautado na superexploração da força de trabalho, como mecanismo para contrarrestar a perda de mais-valia. Importante ressaltar isso porque o trabalhador superexplorado apresenta maior desgaste físico e psicológico, o que pode fazer com que este tenha sua vida útil – para o capital e para si próprio – abreviada. Sendo assim, o mecanismo da superexploração não implica uma

estagnação da economia, como podemos verificar nos anos pregressos e também no presente. Desta forma, a superexploração é apresentada em Marini como consequência própria do capitalismo dependente. Marini cunha a categoria ainda na década de 1960, para suprir justamente uma especificidade do capitalismo dependente.

Ao longo de todo o trabalho aqui desenvolvido, ficou patente a intenção de difundir as ideias de Ruy Mauro Marini. A TMD e a superexploração da força de trabalho continuam mais do que atuais – imprescindíveis àqueles que pretendem não só estudar a América Latina, mas também propor caminhos neste início de século XXI, que nos levem ao fim da dependência e tudo o que ela acarreta.

Viu-se que a superexploração da força de trabalho continua sendo um termo em disputa, no sentido de que muitos ainda a discutem. Corroboramos com Amaral e Carcanholo (2009) e Amaral e Duarte (2013) quando da necessidade de se afirmar a vigência da TMD, mesmo que contrariando o próprio Marini no que diz respeito à superexploração. Para nós, ainda seguindo Amaral e Carcanholo, ao negar a especificidade do capitalismo dependente, negamos também a necessidade de uma teoria específica para explicá-lo e transformá-lo. E com isso, acabamos por colocar em risco a própria validade teórica da TMD. Os autores que sustentam a propagação da superexploração optam por privilegiar a “aparência” da superexploração, ou ainda, as formas de se consegui-la. Mas deixam de lado sua “essência”, o fenômeno é mais complexo do que o simples rebaixamento do valor da força de trabalho. Este debate, à primeira vista, pode parecer secundário e uma mera questão terminológica, no entanto é de extrema importância dado que a TMD busca desvelar as leis próprias do capitalismo dependente. Ferramenta essencial para quem busca compreendê-lo e, assim como Marini, transformá-lo.

Ao final, todo esse debate nos levou a algumas questões que permanecem, por ora, sem respostas. Quais consequências políticas para as afirmações de cada grupo? Marini sempre alinhou sua produção teórica com a militância política, deixando claro que vislumbrava no horizonte a possibilidade da revolução socialista. A partir desta constatação, quais as implicações políticas deste debate para os trabalhadores superexplorados? Seria possível uma revolução latino-americana com características distintas das revoluções europeias? Os trabalhadores latino-

americanos estão submetidos a uma forma de dominação diferente daquela exercida além mar? Ou a superexploração evidenciaria a urgência de retomarmos o debate acerca da revolução rumo a uma sociedade em que não haja a exploração do homem pelo homem? Uma possível resposta que a história nos fornece é que diagnósticos equivocados levam a estratégias equivocadas, logo, para os trabalhadores desenvolverem uma estratégia revolucionária é imprescindível que tenham plena consciência da realidade que os cerca.

Questões por ora “irrespondíveis”, mas que suscitam – ou deveriam suscitar – a continuidade do aprofundamento das teorias de Ruy Mauro Marini, um homem muito à frente de seu tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza:** temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, jul.-dez. 2009.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência:** a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese de doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor:** fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAGÚ, S. **A economia colonial (1949)**. In LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BAMBIRRA, V. **Teoría de La dependência:** uma anticrítica. México, D.F.: Ediciones Era, S.A., 1978.

\_\_\_\_\_. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, S.A., de C.V., 15ª ed., 1999.

BAPTISTA, K. A. **Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso:** o debate sobre a questão da dependência – Um capítulo do pensamento social no Brasil. Tese de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2004.

BEIGEL, F. (directora). **Autonomía y dependência académica**. Universidad e investigación científica en um circuito periférico: Chile y Argentina (1950-1980). Buenos Aires: Biblos, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, vol I, 2000.

BORÓN, A. **Teoría(s) de la dependência**. Revista de Ciencias Sociales Realidad Económica, n. 238, 16 de agosto/30 de setembro de 2008. Buenos Aires, Argentina.

Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-15d6-9281.pdf>>. Acesso em 11 de junho de 2013.

BUENO, F. M.; SEABRA, R. L. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho**. GEPAL Grupo de Estudos de Política da América Latina. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina, 14 a 17 de setembro de 2010.

CARCANHOLO, M. D. **(Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho**. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

**Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico**. In SADER, E.; SANTOS, T. dos (coords.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CARDOSO, F. H. **"Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência?** Estudos CEBRAP. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 1, p. 25-45, 1971. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/ficha/visualizar.do?fichald=4085>>. Acesso em 8 de março de 2013.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Declaração Sobre a Política do P. C. B.** Voz Operária, 22-03-1958. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em 12 de março de 2013.

COSTILLA, L. F. O. **A intelectualidade crítica brasileira no México e o pensamento político de Ruy Mauro Marini**. In SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (coords.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

COTRIM, I. **Imperialismo e via colonial x "teoria" da dependência**. Revista Puc Viva, nº 20, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorium.fsa.br:8080/repositorio/bitstream/10663/158/1/Ivan%20Cotrim%20-%20Imperialismo%20X%20Via%20Colonial.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2013.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FRANK, G. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1970.

\_\_\_\_\_. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo**. In STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. O debate na esquerda 1960-1980. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GANDÁSEGUI, M. A. **Vigência e debate em torno à teoria da dependência**. In MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrian Sotelo (orgs.). **América Latina e os desafios da globalização**. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUCE, M. S. **A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente**. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, abril 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 7 de junho de 2013.

MANDEL, E. **Ensayos sobre El neocapitalismo**. México: Era, 1971.

\_\_\_\_\_. **La acumulación originaria y la industrialización del tercer mundo**. In MANDEL, Ernest. **Ensayos sobre El neocapitalismo**. México: Era, 1971.

MARINI, R. M. **Economía política de un golpe militar**. Publicado originalmente no Foro Internacional, n. 58, El Colegio de México, México, outubro-dezembro de 1974. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/071\\_economia\\_golpe\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/071_economia_golpe_es.htm)>. Acesso em 10 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Processo e tendências da globalização capitalista**. In SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Memoria**. s/d. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/001\\_memoria\\_port.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm)>. Acesso em 16 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos, n. 12. México, D.F.: Editorial Era, abril-junho 1977.

\_\_\_\_\_. **Estado y crisis en Brasil**. Cuadernos Políticos, n. 13. México, D.F.: Ediciones Era, julho-setembro de 1977, p. 76-84.

\_\_\_\_\_. **Prólogo a A revolução cubana uma reinterpretação**. Documento eletrônico s/d. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/015\\_cuba\\_port.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/015_cuba_port.htm)>. Acesso em 20 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Plusvalía extraordinária y acumulación de capital**. Cuadernos Políticos, n. 20. México, D.F.: Editorial Era, abril-junho de 1979, p. 18-39.

\_\_\_\_\_. **América Latina**. Dependência e integração. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1992.



\_\_\_\_\_. **Dialética da dependência**. 1973. In TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (coords.). **La teoria social latinoamericana**. Subdesarrollo y dependencia. Tomo II. México, D.F.: Ediciones El Caballito, 1994.

MARTINS, C. E. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais**. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A superexploração do trabalho e a economia política da dependência**. In SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (coords.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (orgs.). **América Latina e os desafios da globalização**. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria**. Disponível em: < [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7\\_martins\\_sotelo.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf)>. Acesso em 27 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **O legado de Ruy Mauro Marini para as ciências sociais**. s/d. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/02/O-legado-de-Ruy-Mauro-Marini-para-as-Ci%C3%A7ncias-Sociais.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2013.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da economia política. Livro III, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MATTOS, M. B. **Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967)**. In RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. V (Partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

NASCIMENTO, C. A. do; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. **Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini**. XVII Encontro Nacional de Economia Política. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, de 05 a 08 de junho de 2012.

OSORIO, J. **Fuentes y tendencias de la teoría de la dependencia**. In MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (coords.). **La teoría social latinoamericana**. Tomo II. Subdesarrollo y dependencia. México, D.F.: Ediciones El Caballito, 1994.

\_\_\_\_\_. **Dependência e superexploração**. In SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (coords.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **El marxismo latinoamericano y la dependencia**. Documento eletrônico s/d. Disponível em: <[http://estudiosdeldesarrollo.net/coleccion\\_america\\_latina/critica\\_de\\_la\\_economia/Critica8.pdf](http://estudiosdeldesarrollo.net/coleccion_america_latina/critica_de_la_economia/Critica8.pdf)>. Acesso em 20 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da superexploração**. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

OURIQUES, N. **Hacia una teoría marxista de la dependencia**. In MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (coords.). **La teoría social latinoamericana**. Subdesarrollo y dependencia. Tomo II. México, D.F.: Ediciones El Caballito, 1994.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PRADO, F. C. **História de um não-debate**: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, v. 29, nº 2, p. 068-094, 2011. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/14431ART2%20Fernando%20Correa%20Prado.pdf>>. Acesso em 8 de maio de 2013.

PREBISCH, R. **The economic development of Latin America and its principal problems**. United Nations, Department of Economic Affairs. New York, 1950. Disponível em: <[http://biblioteca.cepal.org/search~S0\\*sp?/tThe+Economic+Development+of+Latin+America+and+Its+Principal+Problems/teconomic+development+of+latin+america+and+its+principal+problems/1%2C1%2C4%2CZ/1856&FF=teconomic+development+of+latin+america+and+its+principal+problems&1%2C%2C4%2C1%2C0](http://biblioteca.cepal.org/search~S0*sp?/tThe+Economic+Development+of+Latin+America+and+Its+Principal+Problems/teconomic+development+of+latin+america+and+its+principal+problems/1%2C1%2C4%2CZ/1856&FF=teconomic+development+of+latin+america+and+its+principal+problems&1%2C%2C4%2C1%2C0)>. Acesso em 1 de setembro de 2013.

QUARTIM DE MORAES, J. **El “status” teórico de la noción de dependencia**. In **Dependencia y estructura de clase en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Megalópolis, Asociación Editorial La Aurora, 1972.

RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. V (Partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense – Universitária, 1981.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

SADER, E. (org.). **Dialética da dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SADER, E.; SANTOS, T. dos (coords.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SANTOS, T. dos. **A teoria da dependência**: um balanço histórico e teórico. 1998. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2013.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova, São Paulo, n. 82, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100002). Acesso em 12 de agosto de 2013.

SERRA, J.; CARDOSO, F. H. **As desventuras da dialética da dependência**. *Institute for Advanced Study*, Princenton, 1978.

SILVA, A. O. da. **A dependência latino-americana**: o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” à luz da teoria marxista da dependência. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SOTELO, A. **Dependencia y sistema mundial**: ¿convergencia o divergencia? 04/09/2005. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=19642>>. Acesso em 10 de maio de 2013.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. O debate na esquerda 1960-1980. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2005.

VALENCIA, A. S. **La vigência del pensamiento marxista de Ruy Mauro Marini y la teoría de la dependencia**. Revista Tareas, n. 111. Centro de Estudios Latinoamericanos “Justo Arosamena”, Panamá, maio-agosto de 202, p. 75-87.

VASCONI, T. A. **Las ciencias sociales en América del Sur y Chile 1960-1990**. 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/chile/arcis/Docw1.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2013.

WAGNER, A. **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro**: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

WEFFORT, F. **Notas sobre a “Teoria da dependência”**: Teoria de classe ou ideologia nacional? Estudos Cebrap, v. I, 1971.